



GOVERNO DE
ANGOLA

Ministério das Finanças

RELATÓRIO DE FUNDAMENTAÇÃO

Orçamento Geral do Estado 2023

Dezembro de 2022

ÍNDICE

ÍNDICE DE TABELAS	II
ÍNDICE DE GRÁFICOS	III
SIGLAS E ABREVIATURAS	IV
NOTA DE APRESENTAÇÃO	1
RESUMO EXECUTIVO	3
1 ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO	5
1.1 DINÂMICA INTERNACIONAL	5
1.1.1 ECONOMIA E COMÉRCIO MUNDIAL	5
1.1.2 MERCADOS E CONDIÇÕES FINANCEIRAS INTERNACIONAIS	9
1.2 CENÁRIO MACROECONÓMICO PARA ANGOLA	11
1.2.1 EVOLUÇÃO RECENTE DA ECONOMIA NACIONAL	11
1.2.2 CENÁRIO MACROECONÓMICO 2023	16
1.2.3 PREVISÕES DE MÉDIO PRAZO PARA ECONOMIA ANGOLANA	21
2 EVOLUÇÃO E SITUAÇÃO FINANCEIRA DAS FINANÇAS PÚBLICAS	23
2.1 EVOLUÇÃO RECENTE DA SITUAÇÃO FISCAL	23
2.2 INVESTIMENTO PÚBLICO	27
2.3 SEP: SECTOR EMPRESARIAL PÚBLICO	29
2.4 PPP: PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS	32
2.5 ACTIVOS E PASSIVOS DO ESTADO	34
2.5.1 ACTIVOS DO ESTADO	34
2.5.2 DÍVIDA DIRECTA DO ESTADO	35
3 ESTRATÉGIA DE CRESCIMENTO E POLÍTICA FISCAL PARA 2023	40
3.1 REFORÇAR A ESTABILIDADE MACROECONÓMICA E FORTALECER O CRESCIMENTO ECONÓMICO	40
3.2 POLÍTICA FISCAL DO OGE 2023	45
4 PROPOSTA DE ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO 2023	49
4.1 CENÁRIO FISCAL 2023	49
4.2 NECESSIDADES DE FINANCIAMENTO DO ORÇAMENTO	51
4.3 CARACTERIZAÇÃO FUNCIONAL, TERRITORIAL E DO IMPACTO DO GÉNERO NA DESPESA	52
4.3.1 LEITURA FUNCIONAL DO OGE 2023	52
4.3.2 IMPACTO NO GÉNERO NO ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO 2023	54
4.3.3 LEITURA TERRITORIAL DO OGE 2023	55
4.4 RISCOS DO OGE 2023	57

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 - Taxas de Crescimento do PIB Global (%).....	7
Tabela 2 - Volume do Comércio Mundial de Mercadorias (variação anual em %).....	8
Tabela 3 - Dinâmicas Sectoriais.....	12
Tabela 4 - Indicadores do Mercado de Trabalho	15
Tabela 5 - Quadro Macroeconómico de Referência para 2023.....	17
Tabela 6 - Taxas de Crescimento do PIB (%), 2021-2023	17
Tabela 7 - Taxas de Crescimento do PIB (%), 2024-2028	21
Tabela 8 - Quadro Macro Fiscal 2020 - 2022	26
Tabela 9 - Projectos Especiais.....	27
Tabela 10 - Projectos Especiais.....	29
Tabela 11 - Lista de Empresas Privatizadas em 2021 (Em mm de Kwanzas).....	31
Tabela 12 - Quadro Macro Fiscal 2021-2023.....	50
Tabela 13 - Necessidades de Financiamento do Estado em 2023	51
Tabela 14 - Distribuição Funcional da Despesa (Kz Mil Milhões, Excepto Onde Indicado).....	53
Tabela 15 - Impacto do Orçamento Sensível ao Género	54
Tabela 16 - Programas com forte impacto ao Género.....	55
Tabela 17 - Matriz de Determinação dos Limites a nível Local.....	57

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Preço de bens alimentares - Índice	8
Gráfico 2 - Mercado Accionista	
Gráfico 3 - Evolução Euro/Dólar	
Gráfico 4 - Comportamento do MMI Internacional	11
Gráfico 5 - Crescimento da Economia (%)	
Gráfico 6 - Taxa de Inflação Nacional (%).....	14
Gráfico 7 - Inflação Mensal e Contribuição por Classe de Despesa, 2022.....	14
Gráfico 8 - Evolução da Taxa de Desemprego (%).....	16
Gráfico 9 - Saldos Fiscais (% PIB)	24
Gráfico 10 - Rácio da Dívida (% PIB).....	24
Gráfico 11 - Saldo Primário Não Petrolífero (% PIB)	25
Gráfico 12 - Evolução da carteira de participações directas do Estado no país no período de 2019-2021.....	35
Gráfico 13 - Número de Participações indirectas do Estado.....	35
Gráfico 14 - Evolução recente das taxas de juro dos papéis do Tesouro	36
Gráfico 15 - Evolução das Yields das Eurobonds nas diferentes maturidades	37
Gráfico 16 - Distribuição Percentual da Despesa Territorial	56

SIGLAS E ABREVIATURAS

AGT	Administração Geral Tributária
BCE	Banco Central Europeu
BoE	Banco Central da Inglaterra (<i>Bank of England</i>)
BoJ	Banco Central do Japão (<i>Bank of Japan</i>)
BCE	Banco Central Europeu
BCI	Banco de Comércio e Indústria
BDA	Banco de Desenvolvimento de Angola
BPC	Banco de Poupança e Crédito
BNA	Banco Nacional de Angola
BRICS	Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
EFF	<i>Extended Fund Facility</i>
EUA	Estados Unidos da América
FED	Reserva Federal dos Estados Unidos da América
FMI	Fundo Monetário Internacional
GERI	Gabinete de Estudos e Relações Internacionais (Ministério das Finanças)
IGAPE	Instituto de Gestão de Activos e Participações do Estado
IPU	Imposto Predial Urbano
INE	Instituto Nacional de Estatística
IPC	Índice de Preços ao Consumidor
KZ	Kwanzas
LIBOR	<i>London Interbank Offered Rate</i>
LNG	<i>Liquefied Natural Gas</i>
MINFIN	Ministério das Finanças
MN	Moeda Nacional
MEP	Ministério da Economia e Planeamento
OGE	Orçamento Geral do Estado
OMA	Operações de Mercado Aberto
OMC	Organização Mundial do Comércio
OPEP	Organização dos Países Exportadores de Petróleo
PAC	Programa de apoio ao Crédito
PDN	Plano de Desenvolvimento Nacional
PME	Programação Macroeconómica Executiva
PIB	Produto Interno Bruto
PIIM	Plano Integrado de Intervenção nos Municípios
PIP	Programa de Investimento Público
PDN	Plano Desenvolvimento de Nacional
pp	Pontos Percentuais
PRODESI	Programa de Diversificação das Exportações e Substituição das Importações
PROPIV	Programa de Privatizações
PPP	Parcerias Público-Privadas
RIL	Reservas Internacionais Líquidas
SEP	Sector Empresarial Público
UCF	Unidade de Correção Fiscal
USD	Dólares dos Estados Unidos da América
WEO	<i>World Economic Outlook</i>
WTI	<i>West Texas Intermediate</i>

NOTA DE APRESENTAÇÃO

1. O Orçamento Geral do Estado 2023 observa as disposições do artigo 104.º da Constituição da República de Angola e a Lei n.º 15/10, de 14 de Julho de 2010 – Do Orçamento Geral do Estado, contendo assim a estimativa de todas as receitas a arrecadar pelo Estado e fixação do limite de despesas autorizadas para todos os serviços centrais, institutos públicos e órgãos locais, fundos autónomos e segurança social, em respeito aos princípios da unidade e da universalidade do OGE.
2. Adicionalmente, o Orçamento Geral do Estado 2023 foi igualmente preparado tendo em conta a Lei n.º 37/20, de 30 de Setembro – Da Sustentabilidade das Finanças Públicas, que estabelece o regime de gestão das finanças públicas, tanto ao nível da política fiscal como ao nível da dívida pública, orientando a condução da política fiscal para concretização de um défice primário não petrolífero de no máximo 5% do PIB até 2025 e a redução continuada do rácio da dívida para 60% do PIB a longo prazo.
3. O presente Relatório de Fundamentação é parte do pacote orçamental 2023, juntamente com a Lei Anual do OGE 2023 e os Mapas Orçamentais, e contém para além desta Nota de Apresentação e do Sumário Executivo do Orçamento 2023 os seguintes Capítulos temáticos:

CAPÍTULO I – ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO. Apresenta a actualidade da conjuntura macroeconómica, comercial e financeira mundial dos últimos anos, bem como as perspectivas para evolução para o ano do orçamento, com destaque para o PIB, a inflação, o comércio mundial e as taxas de juro. Neste capítulo são igualmente apresentados a evolução recente da economia nacional, bem como as projecções económicas para 2023 e para o médio prazo no horizonte 2024-2028.

CAPÍTULO II – EVOLUÇÃO E SITUAÇÃO FINANCEIRA DAS FINANÇAS PÚBLICAS. Apresenta os principais desenvolvimentos ocorridos ao nível das finanças públicas, destacando os principais eventos que marcaram a gestão fiscal no ano corrente, destacando o desempenho dos saldos fiscais, bem como a evolução observada ao nível de assuntos temáticos das finanças públicas, com referência para o sector empresarial pública, parcerias público-privadas e activos e passivos do Estado.

CAPÍTULO III – ESTRATÉGIA DE CRESCIMENTO E POLÍTICA FISCAL PARA 2023. Descreve a visão do Executivo para assegurar a manutenção da estabilidade macroeconómica e promover o crescimento da economia. Descreve igualmente as prioridades do Executivo em termos de medidas de política fiscal a serem implementadas no âmbito do presente Orçamento Geral do Estado 2023.

CAPÍTULO IV – PROPOSTA DO ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO PARA 2023. Apresenta os números globais proposta orçamental para o exercício financeiro de 2023, o cenário fiscal do orçamento, incluindo as expectativas de saldos fiscais, necessidades brutas de financiamento e respectivas fontes de cobertura, assim como as alocações funcional e territorial da despesa e o impacto sobre o género dos programas inscritos no orçamento. Este capítulo descreve igualmente os riscos subjacentes ao cenário fiscal do orçamento.

4. O detalhe da Proposta do Orçamento Geral do Estado 2023 é apresentado nos Mapas Orçamentais, conforme descrição abaixo:
- ANEXO 1 - Resumo da Receita Por Natureza Económica;
 - ANEXO 2 - Resumo da Receita Por Fonte de Recursos;
 - ANEXO 3 - Resumo da Despesa Por Função;
 - ANEXO 4 - Resumo da Despesa Por Local;
 - ANEXO 5 - Resumo do Orçamento por Programa;
 - ANEXO 6 - Dotações Orçamentais Por Órgãos.

RESUMO EXECUTIVO

5. A actual situação internacional tem provocado para a economia mundial perturbações em termos de aumento global da incerteza, de instabilidade do mercado energético internacional (com uma escalada dos preços de energia) e de escassez e aumento de preços de diversas matérias-primas essenciais para a produção industrial, bem como de produtos alimentares.
6. As mais recentes projecções do Fundo Monetário Internacional apontam para um crescimento da economia mundial de 3,2%, abaixo do crescimento de 6% registado em 2021, e para o ano de 2023 as projecções são ainda menos animadoras, com um crescimento do PIB mundial de 2,7%.
7. A inflação mundial tem vindo a ser drasticamente influenciada pela escalada dos preços da energia, incluindo o preço do petróleo e dos alimentos, e deverá aumentar para 8% em 2022, sendo que em 2021 foi de 4,7%. Para 2023, projecta-se uma redução da inflação para 6,5%.

PROJEÇÕES MACROECONÓMICAS E FISCAIS PARA 2023

8. Em 2022, o PIB real deverá apresentar uma taxa de crescimento real positivo de 2,7%, acima dos 2,4% inicialmente previstos no OGE 2022, e para o ano de 2023, espera-se um crescimento mais forte da economia angolana, com uma taxa de crescimento do PIB real de 3,3%, justificado pelas perspectivas de crescimento do PIB petrolífero na ordem dos 2,98% (incluindo gás) e do PIB não petrolífero em cerca de 3,4%.
9. O Executivo definiu para o corrente ano o objectivo de inflação de 18%, esperando-se, entretanto, que venha situar-se em 14,4% em 2022. Para o ano de 2023, espera-se uma taxa de inflação de 11,1%.
10. A proposta do Orçamento Geral do Estado 2023 está avaliado em **Kz 20.104,2 mil milhões**, representando um aumento de 7,2% relativamente ao OGE 2022, sendo daquele valor global cerca de kz 12.902,2 correspondem a despesa fiscal.
11. Esta proposta de Orçamento Geral do Estado 2023 apresenta um Saldo Fiscal Global Superavitário de Kz 559,8 mil milhões, correspondendo a 0,9% do PIB, em resultado de

receita e despesa fiscais de 22,1% e 21,2% do PIB, respectivamente. Prevemos continuar a criar saldo primário positivo, na ordem dos 4,9% do PIB, e continuaremos a implementar o nosso compromisso de reduzir o défice primário não petrolífero, previsto neste orçamento em 6,5% do PIB.

12. As necessidades brutas de financiamento são mantidas em níveis compatíveis com a sustentabilidade das finanças públicas, sendo que as mesmas estão avaliadas neste orçamento em 11,8% do PIB, traduzindo uma redução de 1,2 pp do PIB quando comparadas com as do OGE 2022.
13. Com esta proposta orçamental, o Executivo reforçará os seus esforços na melhoria das condições socioeconómicas das populações com a despesa do Sector Social e do Sector Económico a apresentarem incrementos de cerca de Kz 1.201,2 mil milhões e Kz 631,0 mil milhões, respectivamente.
14. A Despesa Social representa a maior fatia de despesa fiscal no Orçamento Geral do Estado 2023, absorvendo 43,5% da despesa fiscal primária e 23,9% da despesa total do orçamento, com um aumento de 33,4% face ao OGE 2022.

AS PRIORIDADES DO ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO 2023

- A defesa do consumo das famílias e a protecção das famílias vulneráveis, por via continuidade da implementação de medidas de mitigação do aumento dos preços dos produtos de amplo consumo em resposta às implicações sobre a economia nacional da evolução da situação internacional, bem como através da continuidade do Projecto Kwenda, visando-se alcançar 1.300.000 famílias cadastradas e 1.000.000 de famílias recebendo pagamentos;
- A aposta na diversificação da economia, impulsionando o investimento privado e estimulando liquidez nas empresas;
- O impulso ao Investimento Público Estruturante para acelerar o crescimento do PIB e a recuperação dos empregos;
- Desonerar custos na cadeia de abastecimento de bens e serviços, através de medidas fiscais e aduaneiras.

1 ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

1.1 DINÂMICA INTERNACIONAL

1.1.1 ECONOMIA E COMÉRCIO MUNDIAL

15. No decurso o ano de 2021, os enormes custos sanitários e sócio económicos associados à COVID-19 ainda estiveram presentes em todas as economias do mundo. Em 2022 perspectivava-se que as economias continuassem os seus processos de recuperação das consequências negativas da pandemia de COVID-19, contudo, contundo a 24 de Fevereiro o mundo se deparou com um novo choque: o conflito militar entre a Rússia e a Ucrânia, tornando-se no principal facto geopolítico com impacto na evolução da economia, do comércio e das finanças mundiais.
16. A actual situação internacional tem provocado para a economia mundial perturbações em termos de aumento global da incerteza, de instabilidade do mercado energético internacional (com uma escalada dos preços de energia) e de escassez e aumento de preços de diversas matérias-primas essenciais para a produção industrial, bem como de produtos alimentares.
17. As consequências económicas deste conflito reflectem-se no aumento acentuado dos preços dos alimentos e da energia e em elevados níveis de inflação na generalidade das economias, numa altura em que muitos governos ainda enfrentam os desafios de apertos fiscais e níveis elevados de dívida causados pelos efeitos da pandemia de COVID-19.
18. As pressões inflacionistas causadas pelo aumento dos preços das matérias-primas e dos preços dos alimentos, tem obrigado os bancos centrais a apertarem as suas políticas monetárias e financeiras, tendo como consequência o aumento das taxas de juro no mercado internacional. Este aumento das taxas de juro particularmente nos EUA tem levado a uma apreciação do dólar norte americano e a uma redução da procura agregada mundial com consequências no arrefecimento da economia global em 2022 e também em 2023.

19. Há ainda a assinalar, o abrandamento da economia chinesa, por conta dos confinamentos recorrentes que têm sido impostos no quadro da política de tolerância zero à COVID-19, bem como devido ao arrefecimento a que se assiste no sector imobiliário chinês, que representa cerca 20% do PIB deste país.
20. Como consequência destes factos, o Fundo Monetário Internacional (FMI) procedeu, em Outubro do corrente ano, à actualização das suas previsões de crescimento da economia mundial tendo concluído que mais de um terço das economias do mundo deverão contrair em 2022 ou em 2023.
21. De acordo os prognósticos do FMI, *World Economic Outlook*, a economia mundial deverá crescer menos, tanto em 2022 como em 2023, traduzindo-se nas piores perspectivas de crescimento desde 2001, exceptuando o período da crise financeira global de 2008 e a fase aguda da pandemia de COVID-19:
 - Para 2022, as projecções do FMI apontam para um crescimento de 3,2% para a economia mundial face ao crescimento de 6,0% observado em 2021;
 - Para 2023, as projecções são ainda menos animadoras, com um crescimento do PIB mundial de 2,7%, que poderá ser ainda mais baixo, caso se agrave a conjuntura económica internacional e dependendo de como os bancos centrais vão dimensionar as suas políticas de aumento de taxas de juro para conter a inflação sem prejudicar significativamente a procura agregada, e, desta forma, a manutenção de um crescimento mínimo das suas economias.
22. As projecções apontam para um crescimento das economias avançadas de 2,4% este ano, mas recuam em 2023 para uma taxa de crescimento real de 1,1%, com fortes riscos de recessão neste bloco, em função do possível agravamento da situação, com os EUA e a Zona Euro com taxas de crescimento de 1% e 0,5% em 2023, respectivamente.
23. A China e a Índia têm um grande peso na estrutura do PIB do grupo das economias emergentes e em desenvolvimento e, conseqüentemente, do mundo, e ambas as economias deverão registar um acelerado abrandamento nos seus ritmos de crescimento em 2022. Para o grupo das economias emergentes e em desenvolvimento, as projecções de 2023 reflectem as dinâmicas de desaceleração da China e da Índia já registadas em 2022 e o seu crescimento é projectado em 3,7%, o mesmo deste ano.

Tabela 1 - Taxas de Crescimento do PIB Global (%)

Economias	Taxas de Crescimento do PIB (%)			Inflação Global (%)		
	2021	Projeções		2021	Projeções	
		2022	2023		2022	2023
PIB Mundial	6,0	3,2	2,7	4,7	8,8	6,5
Economias Avançadas	5,2	2,4	1,1	3,1	7,2	4,4
Estados Unidos da América	5,7	1,6	1,0	4,7	8,1	3,5
Zona Euro	5,2	3,1	0,5	2,6	8,3	5,7
Alemanha	2,6	1,5	-0,3	3,2	8,5	7,2
França	6,8	2,5	0,7	2,1	5,8	4,6
Itália	6,6	3,2	-0,2	1,9	8,7	5,2
Espanha	5,1	4,3	1,2	3,1	8,8	4,9
Japão	1,7	1,7	1,6	- 0,2	2,0	1,4
Reino Unido	7,4	3,6	0,3	2,6	9,1	9,0
Canada	4,5	3,3	1,5	3,4	6,9	4,2
Mercados Emergentes e Economias em Desenvolvimento	6,6	3,7	3,7	9,5	27,8	19,4
Ásia Emergente e Em Desenvolvimento	7,2	4,4	4,9	2,2	4,1	3,6
China	8,1	3,2	4,4	0,9	2,2	2,2
Índia ²	8,7	6,6	6,1	5,5	6,9	5,1
ASEAN-5	3,4	5,3	4,9	1,9	4,7	4,4
Europa emergente e em desenvolvimento	6,8	0,0	0,6	9,5	27,8	19,4
Rússia	4,7	- 3,4	- 2,3	6,7	13,8	5,0
América Latina e Caribe	6,9	3,5	1,7	9,8	14,1	11,4
Brasil	4,6	2,8	1,0	8,3	9,4	4,7
México	4,8	2,1	1,2	5,7	8,0	6,3
Oriente Médio e Ásia Central	4,5	5,0	3,5	12,9	13,8	13,1
Arábia Saudita	3,2	7,6	3,7	3,1	2,7	2,2
África Subsaariana	4,7	3,6	3,7	11,1	14,4	11,9
Nigéria	3,6	3,2	3,0	17,0	18,9	17,3
África do Sul	4,9	2,1	1,1	4,6	6,7	5,1

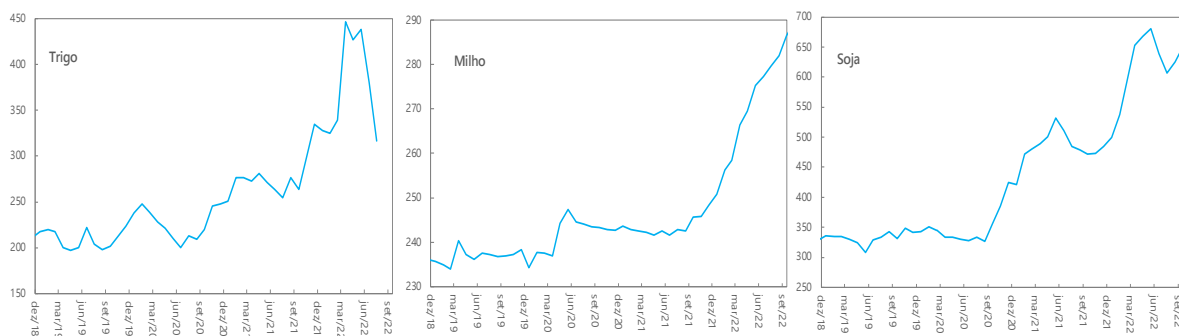
Fonte: FMI, WEO, Outubro de 2022.

Perturbações nos mercados das matérias-primas e bens alimentares elevam preços e criam pressões inflacionárias persistentes.

24. Em linha com o actual cenário de desaceleração económica previsto para o ano de 2023, as projecções mais recentes do FMI indicam que a inflação mundial irá aumentar em 2022 para 8,8%, sendo que em 2021 foi de 4,7%. Para 2023, projecta-se uma redução da inflação para 6,5%.

25. A inflação mundial tem vindo a ser drasticamente influenciada pela escalada dos preços da energia, incluindo o preço do petróleo e dos alimentos.
26. Conforme ilustra o gráfico abaixo, para além dos produtos energéticos, o conflito na Europa continua a criar pressões nos mercados internacionais de bens alimentares, em particular sobre o trigo e o milho, já que a Ucrânia e a Rússia são responsáveis por 30% e 15% das exportações mundiais, respectivamente, bem como no fornecimento de fertilizantes, sendo a Rússia fornecedor líder de fertilizantes no mundo, o que tem gerado preocupações a nível mundial com a possibilidade de uma crise humanitária, dada a dificuldade de acesso dos países em desenvolvimento aos produtos alimentares de que são dependentes.

Gráfico 1 - Preço de bens alimentares - Índice



Fonte: Bloomberg.

27. Em consonância com as incertezas e os efeitos gerados, quer pelo conflito militar existente no leste europeu entre a Rússia e a Ucrânia, quer pela desaceleração da economia mundial, as mais recentes projecções do FMI apontam para uma desaceleração do volume de comércio mundial na ordem dos 2,5% em 2023.

Tabela 2 - Volume do Comércio Mundial de Mercadorias (variação anual em %)

	2021	Projeções	
		2022	2023
Volume do Comércio Mundial (bens & serviços)	10,1	4,3	2,5
Economias Avançadas	9,1	5,1	2,25
Mercados Emergentes e Economias em Desenvolvimento	11,8	2,85	2,95

Fonte: FMI, WEO, Outubro de 2022.

1.1.2 MERCADOS E CONDIÇÕES FINANCEIRAS INTERNACIONAIS

Investidores mais avessos aos riscos, com os mercados mais voláteis.

28. Os mercados financeiros globais têm experimentado tensões fruto dos eventos acima citados, por um lado. Por outro lado, a deterioração das condições financeiras globais tem afectado, negativamente, a liquidez nas principais classes de activos financeiros o que poderá conduzir à reprecificação de alguns activos.

Gráfico 2 - Mercado Accionista

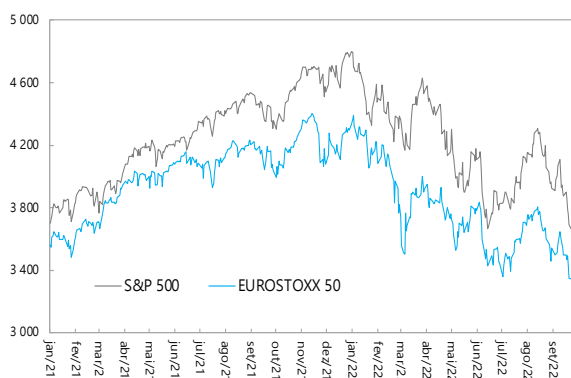


Gráfico 3 - Evolução Euro/Dólar



Fonte: Bloomberg.

29. O índice norte-americano, S&P 500, desde o início deste ano e até Setembro, registou uma variação acumulada negativa de 20,59%, fixando-se em 3 585,62 pontos, o que é explicado, em grande parte, pela expectativa em torno do aumento do desemprego e pelo rumo que a política monetária da Reserva Federal dos Estados Unidos (FED) vem seguindo desde o início do ano.
30. No mesmo sentido, o Eurostoxx 50, índice europeu, registou perdas acumuladas de 20,51%, fixando-se em 3 318,2 pontos no final de Setembro. O comportamento deste índice está igualmente em linha com as inquietações sobre o rumo da política monetária na região e com a inflação acima das projecções.
31. Face ao actual cenário, a moeda norte-americana tem-se valorizado face às outras moedas, reflectindo o sentido da política monetária da FED, enquanto a sua principal concorrente, o Euro, tem sido penalizada pela conjuntura adversa que se vive na região, com realce para as expectativas em torno dos impactos de uma crise energética na

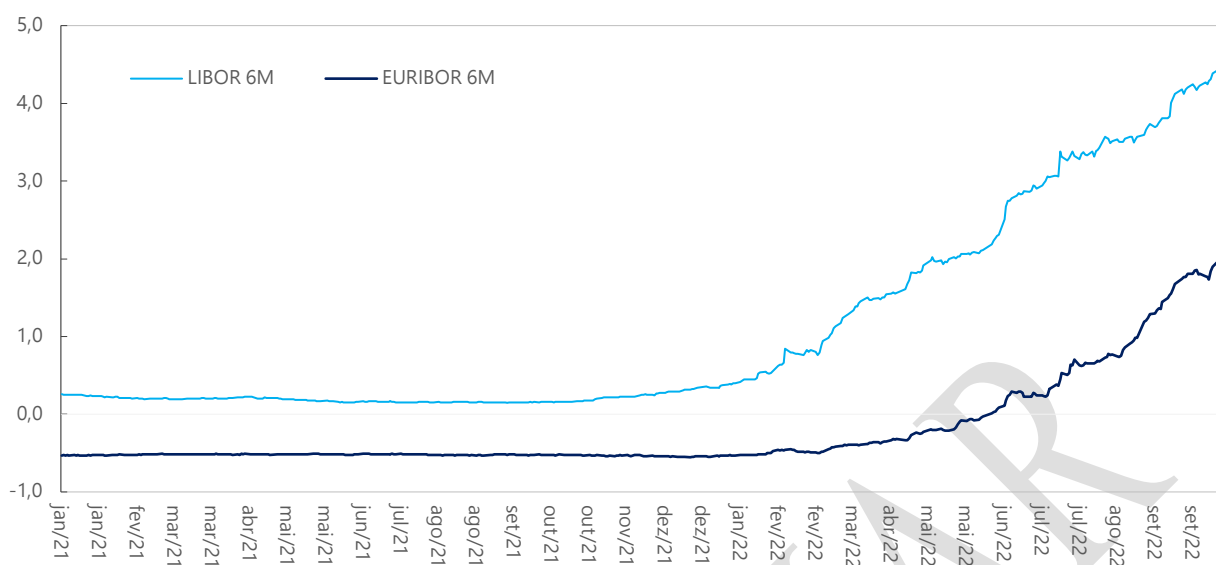
Europa e pela reacção tardia do Banco Central Europeu (BCE) em relação à utilização dos seus instrumentos para conter a inflação que se observa na região.

32. De acordo com o FMI, a perspectiva de estabilidade financeira global está a deteriorar-se desde Abril do ano em curso, influenciada pela inflação elevada, pela perspectiva de deterioração económica em muitos países, bem como pela persistência de riscos geopolíticos.

A alta inflação tem levado os Bancos Centrais, em todo o mundo, sobretudo, nas economias avançadas, a uma escalada de aumentos das taxas de juro de referência com o objectivo de contrariar a subida galopante da taxa de inflação.

33. Ao longo de 2022, a actuação da política monetária apresentou uma tendência sincronizada de aumento das taxas de juro nas principais economias avançadas e continuam as perspectivas de novas subidas.
34. De acordo com o FMI esta subida das taxas de juro, faz com que mais de 60% dos países de baixo rendimento e mais de 20% dos mercados emergentes estejam em alto risco de sobreendividamento. A situação é agravada devido ao fortalecimento do dólar e ao aumento das saídas de capitais dessas economias, o que poderá levar ao surgimento de novas crises de dívida.
35. Em decorrência do aperto da política monetária nos EUA e na Zona Euro, nos Mercados Monetários Interbancários (MMI) internacionais as taxas LIBOR e EURIBOR, com maturidade de 6 meses, registaram desde o início do ano aumentos significativos.
36. A LIBOR, fixou-se no final de Setembro do corrente ano, em 4,232%, registando uma variação positiva desde o início do ano na ordem de 3,688 p.p., enquanto a EURIBOR no mesmo período se fixou em 1,809%, registando um aumento de 2,328 p.p. desde o início do ano.

Gráfico 4 - Comportamento do MMI Internacional



Fonte: Bloomberg

1.2 CENÁRIO MACROECONOMICO PARA ANGOLA

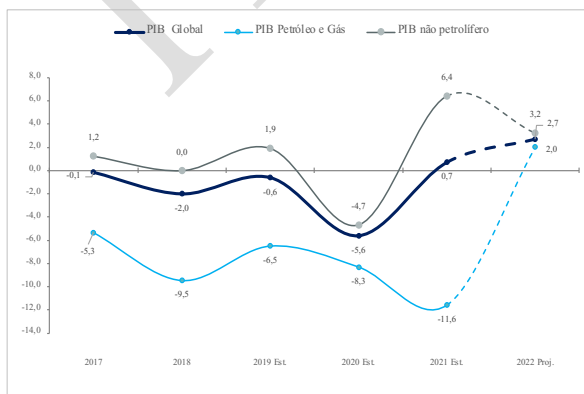
1.2.1 EVOLUÇÃO RECENTE DA ECONOMIA NACIONAL

Apesar da conjuntura internacional de preços altos das matérias-primas e produtos alimentares, a recuperação económica mantém-se resiliente e mais forte em 2022.

37. Perante estas condições internacionais adversas, a economia nacional não só se manteve resiliente às ondas de choque externos, como se manteve ainda mais forte ao longo do presente ano, reflectindo não apenas as respostas de política que o Executivo foi implementando para mitigar os impactos negativos da actual situação internacional na economia angolana, mas sobretudo evidenciando que as reformas estruturais implementadas nos últimos 5 anos têm originado dividendos a favor de um crescimento real da economia nacional mais robusto e sustentado.
38. O crescimento da economia angolana acelerou em 2022. As contas nacionais publicadas pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), revelam que até ao II trimestre do corrente ano, a economia acumulou um crescimento real do PIB de 3,2%.

39. O ano de 2021 já tinha sido positivo pelos sinais iniciais de recuperação da economia angolana que evidenciou depois do país ter estado mergulhado numa longa recessão desde 2016. A taxa de crescimento global foi de 0,7%.
40. No âmbito do Orçamento Geral do Estado 2022 (OGE 2022), o Executivo previu uma taxa de crescimento real do PIB global de 2,4%, como resultado do crescimento esperado de 1,6% do PIB petrolífero, depois da sua evolução negativa nos últimos anos, e do PIB não petrolífero na ordem dos 3,2%.
41. Em virtude de as Contas Nacionais publicadas pelo Instituto Nacional sinalizarem um crescimento para 2021 mais forte, na ordem dos 0,7% do que os 0,2% inicialmente previstos, em Abril do corrente ano, o Executivo actualizou as projecções económicas para o ano 2022, revendo em alta o crescimento do PIB global de 2,4%, no OGE 2022, para 2,7% no âmbito da sua Programação Macroeconómica Executiva (PME).
42. Este crescimento ligeiramente mais forte do PIB global de 2,7% é justificado pelos prognósticos de aumento da produção petrolífera na ordem dos 2,0%, incluindo a produção de Gás, bem como do crescimento do sector não petrolífero em 3,2%, impulsionado pelo crescimento ao nível dos sectores das “Pescas e derivados” (10%), “Extracção de Diamantes, de Minerais Metálicos e de Outros Minerais” (10%), “Energia” (8,3%), “Transporte e Armazenagem” (8%), “Indústria transformadora” (5%), “Agricultura” (4,9%), prognosticando-se igualmente taxas de crescimento positivas para os “Serviços mercantis” (2,2%), “Outros (Sector Público Administrativo)” (1,5%) e “Construção” (0,4%).

Gráfico 5 - Crescimento da Economia (%)



Fonte: Ministério da Economia e Planeamento.

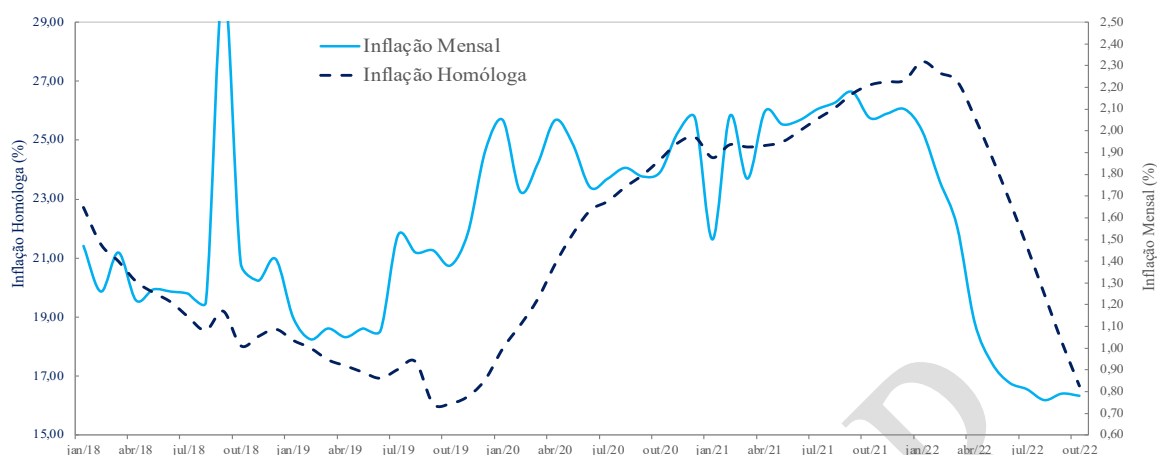
Tabela 3 - Dinâmicas Sectoriais do PIB Não Petrolífero (%)

Indicadores	2020	2021 Est.	2022 Proj.
1. Agricultura	5,60	5,10	4,90
2. Pescas e derivados	-5,23	46,40	10,00
3. Extração de Diamantes, de Minerais Metálicos e de Outros Minerais	-13,28	10,40	10,00
4. Petróleo e Gás Natural	-7,46	-11,50	2,01
4.1. Petróleo	-8,10	-11,52	2,10
4.2. Gás	7,29	-10,33	-9,73
5. Indústria transformadora	-4,60	0,60	5,00
6. Construção	-7,00	-6,70	0,39
7. Energia	5,20	5,00	8,33
8. Serviços mercantis	-3,72	5,86	2,60
8.1. Comércio	-3,50	17,00	2,80
8.2. Transportes e Armazenagem	-12,40	28,90	8,00
8.4. Correios e Telecomunicações	5,05	1,40	3,24
8.5. Intermediação Financeira	-5,00	-18,80	2,50
8.6. Serviços Imobiliários e Aluguer	1,50	3,00	1,48
8.7. Outros Serviços Mercantis	-5,60	-6,00	1,00
9. Outros (Sector Público Administrativo)	-3,20	2,60	1,50

Não obstante a crise internacional de custos e a escalada de aumento das taxas de juros pela generalidade dos bancos centrais, a Inflação manteve em 2022 uma trajectória descendente e desceu abaixo do objectivo do Executivo.

43. Com a retirada das restrições impostas pela pandemia de COVID-19 às actividades económicas e à circulação de pessoas e bens, as cadeias globais de abastecimento, que já se encontravam fragilizadas pela pandemia de COVID-19, sofreram pressões como resultada do aumento da procura de bens de consumo e de investimento, o que, por sua vez, impactou a evolução dos preços nos mercados das matérias-primas e de bens alimentares.
44. O agravamento da conjuntura internacional, tendo no centro das atenções o conflito militar Rússia-Ucrânia, veio acrescentar outros problemas como os constrangimentos no comércio alimentar e nos sectores energético, registando o mundo uma escalada de aumento dos preços das matérias-primas energéticas e não energéticas, alimentos e da energia (petróleo; gás natural e carvão) com ondas de transmissão sobre as economias nacionais, das quais Angola não foi uma excepção.
45. Como consequência de factores ligados a pandemia de COVID-19, a taxa de inflação em Angola voltou a agravar-se no ano de 2020, atingindo os 25,1%, em termos acumulados, contra os 16,9% registados no ano de 2019, situação que se viu ainda agravar-se no ano de 2021, onde a taxa de inflação acumulada atingiu os 27,03%.
46. Contrariamente ao que se tem verificado na maioria dos países, em Angola a inflação tem seguido uma trajectória nitidamente decrescente a partir de 2022. A taxa de inflação desceu no mês de Outubro para níveis abaixo do objectivo de 18% definido pelo Executivo para o ano de 2022, atingindo, os 16,68% em termos homólogos.
47. As expectativas para 2022 são de que a taxa de inflação venha a situar-se em 14,4%, isto é, 3,6 pontos percentuais abaixo da meta do Executivo de 18%.

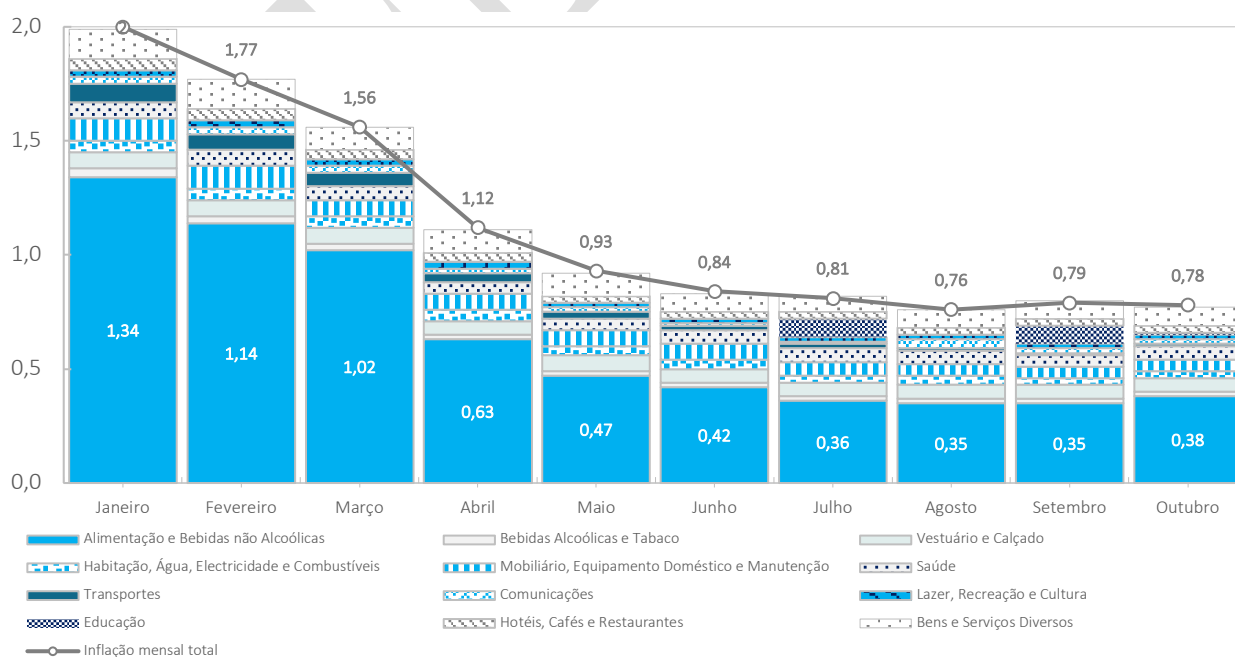
Gráfico 6 - Taxa de Inflação Nacional (%)



Fonte: Instituto Nacional de Estatística.

48. Como reflexo da estrutura produtiva e de consumo do país, o comportamento da inflação vem sendo influenciado, sobretudo, pelo preço dos alimentos, sendo que a classe da “Alimentação e bebidas não alcoólicas” foi a que mais contribuiu para o aumento do nível geral de preços com 0,38 pontos percentuais durante o mês de Outubro, seguida das classes: “Bens e Serviços Diversos” e “Educação” com 0,08 pontos percentuais cada, “Vestuário e Calçado” e “Saúde” com 0,06 pontos percentuais, “Mobiliário, Equipamento Doméstico e Manutenção” com 0,05 pontos percentuais cada.

Gráfico 7 - Inflação Mensal e Contribuição por Classe de Despesa, 2022



Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE).

49. O aumento das pressões inflacionistas no decurso de 2022, com particular incidência nos bens alimentares (de alto consumo), levou o Executivo a implementar um conjunto de medidas ao longo do ano com o objectivo de mitigar os efeitos da inflação nos rendimentos das famílias e na actividade das empresas.
50. Há a realçar a este respeito, o aumento de Kz 8.500/mês para Kz 11.000/mês do valor mensal das transferências monetárias para as famílias vulneráveis no âmbito do Projecto Kwenda. Financiado conjuntamente pelo Estado e o Banco Mundial, e implementado pelo Instituto de Desenvolvimento Social (FAS), o Kwenda foi iniciado em 2020, ainda aquando dos desafios de COVID-19, com o objectivo de fortalecer a capacidade do País em prover serviços de protecção social para famílias vulneráveis, reduzindo assim os níveis de pobreza e de desigualdade. Este Programa cobre actualmente 56 municípios, abrangendo as 18 províncias do País. Em 10 de Novembro deste ano, 835.365 famílias encontravam-se cadastradas no Sistema de Informação Integrado do Programa de Protecção Social (SIIPS) e 593.655 famílias beneficiavam de pagamentos.

Mercado de trabalho em recuperação, com um ritmo gradual de redução da taxa de desemprego.

51. De acordo com os Inquéritos ao Emprego em Angola, como reflexo da recuperação da actividade económica que se regista no país, o mercado de trabalho reforçou no decurso do ano a evolução positiva do emprego evidenciada a partir do II trimestre de 2021.

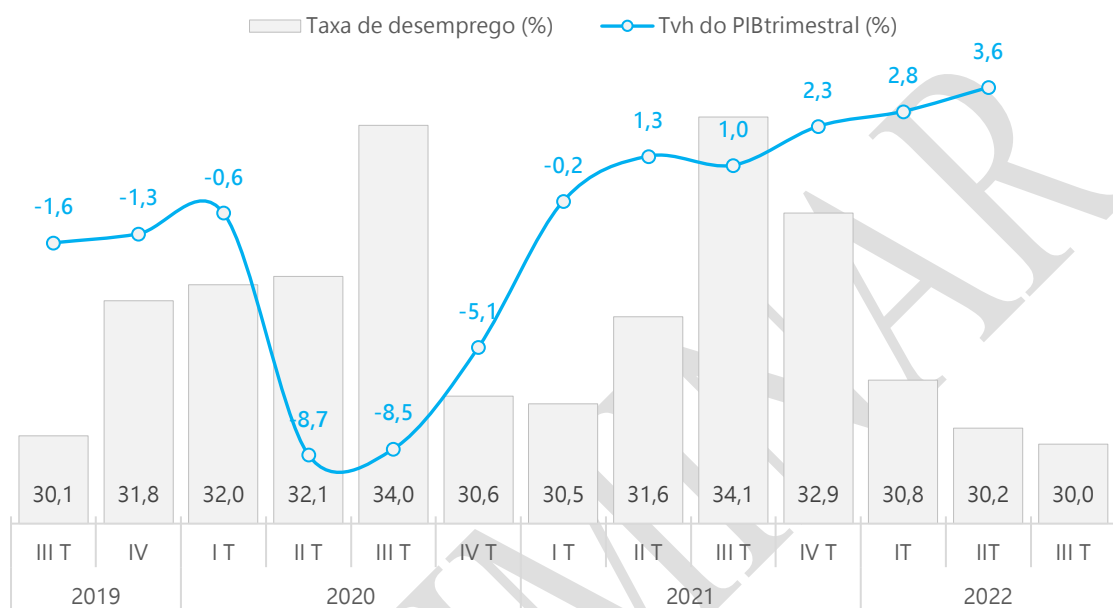
Tabela 4 - Indicadores do Mercado de Trabalho

Indicadores do Mercado de Trabalho	2020	2021					2022		
		I T	II T	III T	IVT	Ano	I T	II T	III T
Taxa de Actividade (tvh %)	89,6	90,1	90,2	91,8	91,3	90,85	90,3	89,8	89,4
Empregos	10 254 736	10 821 205	10 715 234	10 648 511	10 888 048	10 768 250	11 218 924	11 370 798	11 459 806
dq: tv. %, excepto no ano que corresponde a variação média anual	-	0,7	-1,0	-0,6	2,2	5,0	3,0	1,4	0,8
tvh. %	-	7,3	6,4	5,3	1,3	-	-0,2	1,6	3,5
Taxa de Emprego Total (%)	60,8	62,6	61,7	60,5	62,8	61,2	62,5	62,7	62,6
Taxa de Emprego Informal (%)	80,40%	80,2	79,7	81,1	80,7	80,4	80,5	79,3	79,2
Desempregos	4 866 025	4 744 020	4 960 162	5 517 016	5 348 623	5 142 455	4 995 991	4 913 481	4 913 745
dq: tv. %, excepto no ano que corresponde a variação média anual	-	-0,1	4,6	11,2	-3,1	5,7	-6,6	-1,7	0,0
tvh. %	-	0,2	3,9	5,9	12,7	-	5,3	-0,9	-10,9
Taxa de Desemprego Global (%)	32,2	30,5	31,6	34,1	32,9	32,3	30,8	30,2	30,0

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, INE.

52. A taxa de desemprego apresentou uma trajectória descendente, fixando-se nos 30% no III trimestre. O número de desempregados situou-se abaixo de 5 milhões a partir do I trimestre do ano, reflectindo a dinâmica da retoma da actividade económica em Angola

Gráfico 8 - Evolução da Taxa de Desemprego (%)



Fonte: Instituto Nacional de Estatística, INE.

1.2.2 CENÁRIO MACROECONÓMICO 2023

Crescimento mantém-se forte em 2023.

53. Para 2023, perspectiva-se um reforço no processo de recuperação da economia angolana, com um crescimento real do PIB de 3,30%, face ao crescimento de 2,7% prognosticado para 2022, sendo que este crescimento antecipado para 2023 é justificado pelas expectativas de aumento da produção petrolífera e gás na ordem dos 2,98% (sem gás, 2,8%) e do sector não petrolífero a uma taxa de 3,42%.
54. Essas projecções económicas para 2023 foram preparadas na base de um preço médio do barril do petróleo de USD 75,00 e uma produção petrolífera média diária de 1,18

milhão de bbls, o que é discriminado na tabela abaixo, sendo que a inflação projectada pelo Executivo se fixa em 11,1%.

Tabela 5 - Quadro Macroeconómico de Referência para 2023

Variáveis Macroeconómicas	2020	2021	2022		OGE 2023
			OGE	PME ₂	
Inflação Nacional (%)	25,1	27,0	18,0	14,4	11,1
Produção Petrolífera (mil Bbl)/dia	1 271,0	1 124,5	1 147,9	1 147,9	1 180,0
Produção Petrolífera (MBbl)	463,9	410,4	419,0	419,0	430,7
Preço Médio do Petróleo (USD/Bbl)	41,3	71,2	59,0	100,0	75,00
Produção de Gás Anual (Mil BOEPD)	116,0	128,9	134,2	116,3	137,0
Preço Médio do LNG (US\$/BOE)	29,2	38,0	33,0	57,0	39,0

Fonte: Ministérios da Economia e Planeamento, Finanças e dos Recursos Mineiras, Petróleos e Gás.

55. As dinâmicas sectoriais do crescimento da economia nacional são apresentadas na tabela seguinte.

Tabela 6 - Taxas de Crescimento do PIB (%), 2021-2023

Taxas de Crescimento Real do PIB (%)	2020	2021	2022		OGE 2023
			OGE	PME ₂	
PIB	-5,57	0,70	2,4	2,70	3,30
PIB Petróleo e Gás	-8,30	-11,02	1,6	2,10	2,98
PIB petrolífero	-8,10	-11,53	1,5	2,08	2,80
Gás	-12,77	11,09	4,2	-9,73	17,75
PIB não petrolífero	-4,70	6,40	3,1	3,20	3,42
PIB Nominal (mil milhões de Kwanzas)	34 158,32	47 045,00	54 578,2	55 759,07	61 012,40
dos quais: Nominal Petróleo e Gás	8 733,49	14 130,22	13 825,4	14 695,42	13 477,03

Fonte: Ministério da Economia e Planeamento.

56. **PIB Petrolífero:** Para o ano de 2023, espera-se que a produção de petróleo continue a crescer, estimando-se que a produção média diária se situe em 1.180 mil barris /dia. Comparativamente à previsão de 2022 (1.147,9 mil barris /dia), esta produção representa um aumento de 32,8 mil barris/dia, em função do aumento dos níveis de produção no Bloco 15/06 (8,59%), Bloco 14 (8,26%), Bloco 15 (8,24%), Bloco 31 (4,13%) e Bloco 17 (7,45%).
57. **PIB Não Petrolífero:**
- **Agricultura:** espera-se um crescimento deste sector em torno de 8%, como resultado do início da implementação do Plano Nacional de Fomento para a

Produção de Grãos (PLANAGRÃO) aprovado pelo Executivo no mês de Julho do presente ano, com o objectivo de aumentar a capacidade do país de produzir grãos (trigo, arroz, soja e milho), com foco no leste do país, aumentando, assim os actuais níveis de produção de 613.180 toneladas, observados em 2021, para 6.104.282 toneladas de grãos em 2027. Este Programa abrange o período de 2023 a 2027 e está avaliado em Kz 2.852,75 mil milhões, dos quais Kz 1.674,6 mil milhões para financiamento, através do Banco de Desenvolvimento de Angola, de projectos de investimento privados, e o remanescente destinado à realização de investimentos públicos propiciadores de infra-estruturas, fundamentalmente, de delimitação, loteamento e criação de vias de acesso às áreas de produção.

Para aumentar a produção de carne, o Executivo aprovou o Plano Nacional de Fomento e de Desenvolvimento da Pecuária (PLANAPECUÁRIA), que permitirá aumentar a produção para 109,4 mil toneladas de carne bovina, 123,4 mil toneladas de carne suína, 310,1 mil toneladas de carne caprina/ovina e 244,3 mil toneladas de aves; para além da produção de ovos em 3 164 milhões de unidades e de 16,7 milhões de litros de leite. O PLANAPECUÁRIA conta com um pacote financeiro de 135 mil milhões de Kwanzas, repartidos em três (3) anos.

Continuarão a ser reforçadas as acções de apoio à campanha agrícola, que deverão aumentar a produção de todas as fileiras, com realce para as de raízes e tubérculos, de cereais, frutas e oleaginosas.

– **Pescas:** As previsões para este sector apontam para uma expansão da produção de 10% no ano de 2023, justificado pelo aumento esperado da pesca (i) industrial e semi-industrial (10,3%) e (ii) artesanal marítima (4,4%), depois de em 2021 o sector ter crescido 46,4%, reflectindo o processo de normalização do registo das quantidades capturadas.

- O Executivo reafirma o seu compromisso de fomentar o aumento da capacidade de produção e transformação do sector das pescas no âmbito deste novo ciclo governativo 2023-2027, tendo aprovado o Plano Nacional de Fomento das Pescas (PLANAPESCAS), com o propósito de fomentar, preferencialmente, a actividade pesqueira empresarial, de

aumentar a produção e transformação do pescado e do sal, de contribuir para o desenvolvimento do comércio e o aumento das receitas fiscais. O PLANAPESCAS conta, igualmente, com um pacote financeiro de 135 mil milhões de Kwanzas, repartidos em cinco (5) anos.

- **Indústria:** Para 2023, perspectiva-se um crescimento deste sector na ordem dos 2,9%, em resultado do aumento da produção de equipamentos eléctricos (36,3%), materiais plásticos (27,9%), vestuário (21,5%), alimentar (18,1%), metalúrgica (10,7%), bebidas (6,7%).
- **Construção:** Para o ano 2023, prevê-se que o sector da construção venha a registar um crescimento de 11%, tendo em vista a conclusão de projectos inscritos no Programa Integrado de Intervenção nos Município (PIIM), assim como a continuação da implementação de obras inscritas no Programa de Construção e Reabilitação de Infra-estruturas rodoviárias, no âmbito do Programa de Investimento Público (PIP), com realce para as seguintes:
 - Construção da EN110, Troço Caconda/Chicomba/Cuvelai (101 Km);
 - Construção da EN 280, Troço Quipungo /Cuvelai / Matala / Frexiel (70 Km);
 - Reabilitação da EN 140/EN 295, Troço Caiundo /Savate /Cuangar /Catuite (524 Km);
 - Reabilitação da EN 150, Troço Sanza Pombo/ Cuilo Pombo/ Quimbianda/Buengas (89 Km);
 - Reabilitação da Estrada EN 140, Troço: Mussende/Quarenta/Porto Condo/Cangandala (98 km).
 - No âmbito das Parcerias Público-Privadas (PPP), estão identificados os seguintes projectos, com potencial para dinamizar o sector da construção:
 - Conclusão da Construção e Gestão da Centralidade de Saurimo na Lunda Sul;
 - Conclusão da Construção e Gestão da Centralidade de Tucuve no Cuando Cubango;
 - Construção da Nova Ponte sobre o Rio Kwanza;
 - Construção de Autoestrada no Corredor Norte-Sul com prioridade para os eixos Norte/Sul (Soyo/Santa Clara-1.400 km);

- Reabilitação, Operação e Manutenção da Estrada Nacional 160;
 - Reabilitação, Operação e Manutenção da Estrada Nacional 250;
 - Reactivação da Central de Emulsão Betuminosa de Benguela;
 - Reactivação da Central de Emulsão Betuminosa de Luanda;
 - Reactivação da Central de Emulsão Betuminosa de Namibe.
- **Sector dos Transportes:** prevê-se um crescimento de 6,0%, como resultado da aceleração da implementação dos Programas de expansão do transporte público e de Desenvolvimento e Melhoria das Infraestruturas de Transporte, permitindo o aumento esperado de passageiros e cargas transportadas nos modais rodoviário, ferroviário, marítimo e aéreo.

No âmbito da implementação de Concessões e/ou Parcerias Público-Privadas (PPP), estão identificados os seguintes projectos, com potencial para dinamizar o sector dos Transportes:

- Conclusão da construção e Concessão para Exploração do novo Aeroporto Internacional Dr. António Agostinho Neto (AIAAN), na localidade de Icolo e Bengo (Luanda);
- Concessão da Rede Nacional de Aeroportos;
- Início da Exploração da Concessão de Serviços Ferroviários e da Logística de Suporte do Corredor do Lobito;
- Construção e Exploração da Zona Franca de Desenvolvimento Integrado da Barra do Dande;
- Construção e Exploração da concessão da Plataforma Logística do Luau;
- Construção e Exploração da concessão da Plataforma Logística do Soyo;
- Construção e Exploração da concessão da Plataforma Logística do Luvo;
- Construção do Terminal de Águas Profundas do Caio e da Zona Franca em Cabinda;
- Concessão dos Terminais Marítimos e Fluviais de Passageiros de Luanda, Cabinda e Soyo, construídos no âmbito do Projecto Cabotagem Norte.

- Concessão e Exploração dos Terminais Rodoviários Interprovinciais de Passageiros nas províncias de Luanda, Huambo e Cuanza Norte.
- **Sector do comércio:** espera-se um crescimento de 5,0%, induzido pelo desempenho positivo esperado nos sectores da agricultura, pecuária, pesca, indústria, assim como dos transportes e armazenagem.

1.2.3 PREVISÕES DE MÉDIO PRAZO PARA ECONOMIA ANGOLANA

Crescimento de médio prazo conta com o impulso da agenda da diversificação no âmbito do PDN 2023-2027.

58. As previsões efectuadas dão conta de um crescimento médio anual de 3,95% para a economia nacional no horizonte 2023-2028, inteiramente suportado pelas perspectivas de crescimento do PIB não petrolífero, com uma taxa de crescimento média anual de 4,7% no mesmo período, contrabalançando os impactos negativos dos prognósticos de uma evolução negativa da produção petrolífera a partir de 2025, retomando a crescimento positivo a partir de 2028, implicando uma taxa de crescimento médio anual da produção petrolífera negativa na ordem de 1,5% entre 2024-2027.

Tabela 7 - Taxas de Crescimento do PIB (%), 2024-2028

Descrição	2024	2025	2026	2027	2028
PIB global	3,91	2,42	3,73	4,74	5,61
PIB Petróleo e Gás	0,59	-5,32	-6,16	-3,32	2,00
PIB petrolífero	0,25	-5,49	-6,08	-3,81	1,98
Gás	18,19	0,61	-8,42	9,71	2,50
PIB não petrolífero	4,81	4,07	5,50	5,94	6,06
PIB Nominal (mil milhões de Kwanzas)	65 989,23	71 856,01	79 453,63	88 765,46	100 391,74
dos quais: Petróleo	11 104,22	10 444,04	9 790,32	9 259,17	9 259,17
Gás	323,65	368,52	369,86	407,90	407,90

Fonte: Ministérios da Economia e Planeamento.

59. O aspecto essencial a realçar é a intensificação e a aceleração do processo de diversificação da economia em curso no país, liderado pelo sector privado convertendo-se o mesmo no motor de crescimento do país.

60. Neste contexto no período 2023-2027, a previsão é a de que a agricultura venha a ter um crescimento médio anual de 8%, as pescas de 10%, a indústria de 5,42%, a construção de 9,58%, os transportes de 13,2% e o comércio de 4,35%.

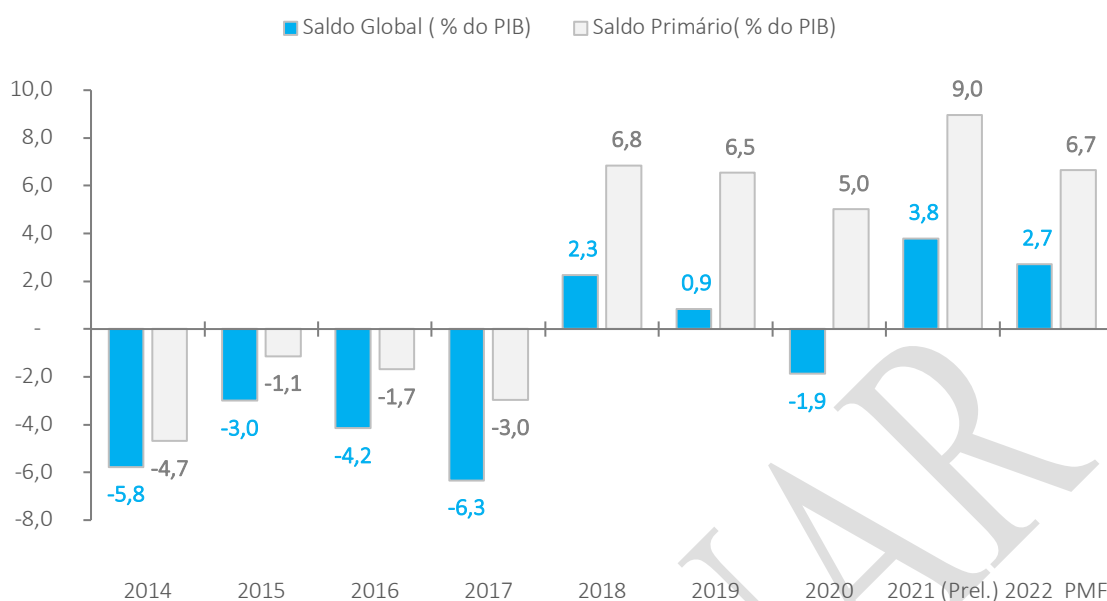
PRELIMINAR

2 EVOLUÇÃO E SITUAÇÃO FINANCEIRA DAS FINANÇAS PÚBLICAS

2.1 EVOLUÇÃO RECENTE DA SITUAÇÃO FISCAL

61. Ao longo do ano 2022, a gestão da política fiscal foi igualmente impactada pelos desenvolvimentos do contexto internacional, mas manteve-se ancorada ao seu objectivo central de preservação da sustentabilidade das finanças públicas e orientou-se pelas premissas de racionalização da despesa pública como de aumento da receita não petrolífera, não obstante a alta do preço do petróleo nos mercados internacionais.
62. O preço alto do petróleo no mercado internacional trouxe consigo uma receita fiscal acima da prevista no OGE 2022. No entanto, como resultado da alta do preço dos produtos derivados do petróleo, com destaque para a gasolina e o gasóleo no mercado internacional, registou-se um agravamento da despesa com os subsídios aos combustíveis, que inicialmente estavam previstos em Kz 754,87, no OGE 2022, mas que acabaram sendo revistos em alta para Kz 1.430 mil milhões nas projecções fiscais actualizadas no mês de Novembro.
63. Até o III trimestre do ano em curso, as contas públicas registaram uma receita fiscal de Kz 10.017,13 mil milhões, estimando-se que até ao final do corrente ano atinja os Kz 13.371,3 mil milhões, acima dos Kz 11.637,4 mil milhões previstos no OGE 2022. A despesa fiscal, por seu lado, foi até ao III trimestre executada no montante de Kz 8.934,7, projectando-se que venha a ser executada em termos anuais no montante de Kz 11.899,1 mil milhões, 2% acima da despesa fiscal prevista no OGE 2022, em muito explicada pela revisão da despesa com os subsídios aos combustíveis, em resultado da alta do preço da gasolina e do gasóleo nos mercados internacionais, bem como da aceleração observada ao nível da despesa com capital.
64. Em face dos eventos acima referidos, contrariamente ao Saldo Fiscal Global de 0% do PIB previsto inicialmente no OGE 2022, as contas públicas deverão encerrar com um superavit fiscal global de cerca de 2,7% do PIB.

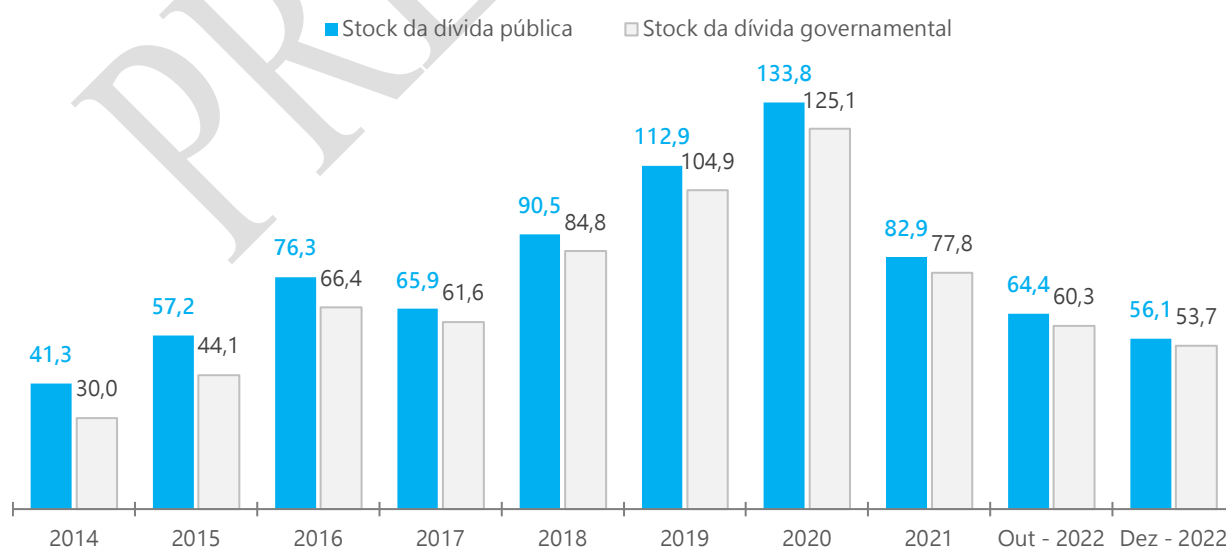
Gráfico 9 - Saldos Fiscais (% PIB)



Fonte: Ministério das Finanças

65. O desempenho ao nível do Saldo Primário está igualmente acima do prognosticado inicialmente no OGE 2022. O Saldo Primário é de importância vital para a manutenção da solidez das finanças públicas. Inicialmente o OGE 2022 antecipou um Saldo Primário na ordem dos 5,5% do PIB. As projecções fiscais de Novembro apontam para uma posição fiscal mais forte ao nível deste indicador, em torno dos 6,7% do PIB, o que é bastante favorável ao reforço dos fundamentos da dinâmica da dívida e da sua sustentabilidade a médio e longo prazos.

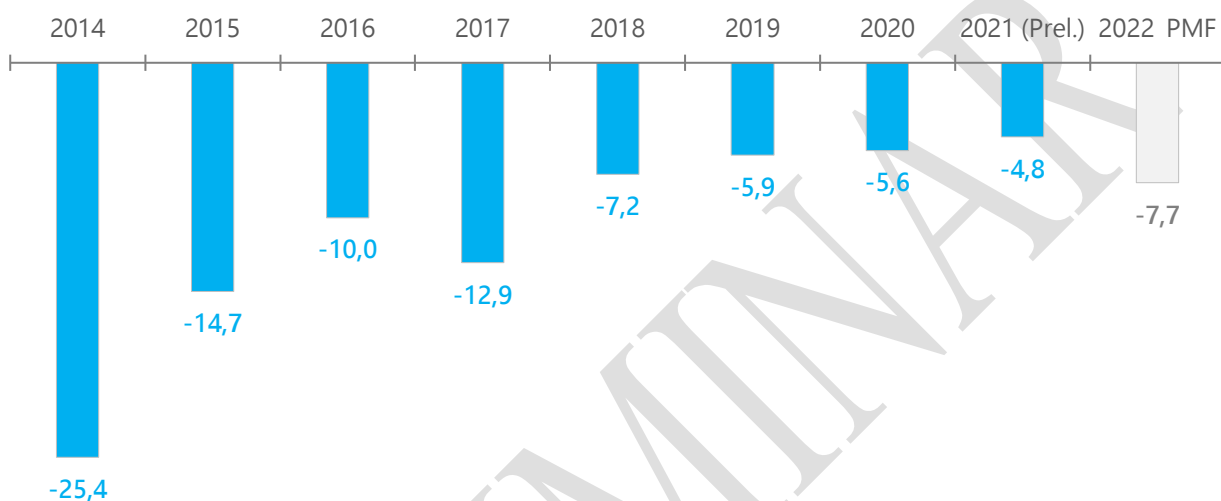
Gráfico 10 - Rácio da Dívida (% PIB)



Fonte: Unidade de Gestão da Dívida (UGD), Ministério das Finanças.

66. Os dados preliminares revelam que em Outubro as dívidas, governamental e pública, se terão situado nos 60,3 % e 64,4% do PIB, respectivamente. Por seu turno, as projecções de fecho do ano são sinalizadoras de que os rácios das dívidas, governamentais e públicas, se deverão fixar nos 53,7% e 56,1% do PIB, respectivamente, até finais de 2022.

Gráfico 11 - Saldo Primário Não Petrolífero (% PIB)



Fonte: Ministério das Finanças, PMF – Programação Macro Fiscal.

67. Um aspecto crucial das finanças públicas é a evolução do seu saldo estrutural, medido por aproximação pelo Saldo Fiscal Primário Não Petrolífero.
68. O OGE 2022 previu um défice primário não petrolífero de 5,3% do PIB, ou seja, 0,5 p.p. acima do observado em 2021. A execução fiscal preliminar de Janeiro a Setembro aponta para um défice primário não petrolífero de 6,1% do PIB, projectando-se que até finais de 2022 venha a situar-se em 7,7% do PIB, traduzindo uma orientação expansiva da política fiscal. Este agravamento do défice primário não petrolífero justifica-se pelos impactos da aceleração da despesa de capital e do aumento da despesa com subsídios aos combustíveis, como reflexo das implicações da situação internacional marcada pelo conflito Rússia-Ucrânia.

Tabela 8 - Quadro Macro Fiscal 2020 - 2022

N.º	Quadro Fiscal Médio Prazo (expressas em mil milhões de Kwanzas, excepto onde indicado em contrário)	2020 Prel.	2021 Prel.	2022		Porcentagem do PIB			
				OGE	PMF	2020 Prel.	2021 Prel.	2022	
								OGE	PMF
1	Receitas	7 054,3	10 995,0	11 637,4	13 371,3	21,4	23,3	21,3	24,7
1,1	Receitas correntes	7 049,4	10 973,1	11 637,4	13 332,0	21,3	23,2	21,3	24,6
1,1,1	Impostos	6 605,3	10 323,8	10 729,8	12 355,1	20,0	21,9	19,7	22,8
1,1,1,1	Petrolíferos	3 612,3	6 615,3	6 118,0	7 973,0	10,9	14,0	11,2	14,7
1,1,1,1,1	Dos quais: Direitos da concessionária	2 297,6	4 676,0	4 048,9	5 234,5	7,0	9,9	7,4	9,7
1,1,1,2	Não petrolíferos	2 993,0	3 708,5	4 611,8	4 382,1	9,1	7,9	8,4	8,1
1,1,2	Contribuições sociais	320,2	350,1	335,6	389,8	1,0	0,7	0,6	0,7
1,1,3	Doações	4,0	1,7	1,1	0,4	0,0	0,0	0,0	0,0
1,1,4	Outras receitas	119,9	297,6	570,9	586,6	0,4	0,6	1,0	1,1
1,2	Receitas de capital	4,9	21,9	0,0	39,3	0,0	0,0	0,0	0,1
2	Despesas	7 674,5	9 206,7	11 635,9	11 899,1	23,2	19,5	21,3	21,9
2,1	Despesas correntes	5 902,4	6 726,7	9 662,8	8 728,5	17,9	14,2	17,7	16,1
2,1,1	Remuneração dos Empregados	2 067,3	2 094,5	2 677,0	2 391,0	6,3	4,4	4,9	4,4
2,1,2	Bens e Serviços	965,8	1 645,6	2 429,9	2 112,3	2,9	3,5	4,5	3,9
2,1,3	Juros	2 278,3	2 444,5	3 020,9	2 134,6	6,9	5,2	5,5	3,9
2,1,3,1	Externos	1 268,3	1 241,7	1 753,4	989,0	3,8	2,6	3,2	1,8
2,1,3,2	Internos	1 010,0	1 202,8	1 267,5	1 145,7	3,1	2,5	2,3	2,1
2,1,4	Transferências	591,0	542,1	1 534,9	2 090,6	1,8	1,1	2,8	3,9
2,1,4,1	Subsídios	47,8	62,3	872,8	1 522,7	0,1	0,1	1,6	2,8
2,2	Despesas de capital	1 772,1	2 479,9	1 973,1	3 170,6	5,4	5,3	3,6	5,8
3	Saldo Global (compromisso)	-620,2	1 788,3	1,5	1 472,2	-1,9	3,8	0,0	2,7
6	Financiamento líquido	1 421,6	91,0	-1,5	1 534,0	4,3	0,2	0,0	2,8
6,1	Financiamento interno (líquido)	686,3	-428,6	-1 616,7	2 198,0	2,1	-0,9	-3,0	4,1
6,1,1	Activos	1 672,8	-488,2	-352,3	756,0	5,1	-1,0	-0,6	1,4
6,1,2	Passivos	-986,4	59,6	-1 264,0	1 442,0	-3,0	0,1	-2,3	2,7
6,1,2,1	Crédito Líquido Obtido	-837,0	-152,3	-1 264,0	-584,9	-2,5	-0,3	-2,3	-1,1
6,1,2,1,1	Desembolsos	3 333,0	3 158,5	3 050,3	2 555,4	10,1	6,7	5,6	4,7
6,1,2,1,2	Amortizações	-4 170,0	-3 310,8	-4 314,3	-3 140,4	-12,6	-7,0	-7,9	-5,8
6,2	Financiamento externo (líquido)	735,3	519,6	1 615,2	-664,0	2,2	1,1	3,0	-1,2
6,2,1	Activos	0,0	-971,9	0,0	-783,3	0,0	-2,1	0,0	-1,4
6,2,2	Passivos	735,3	1 491,5	1 615,2	119,3	2,2	3,2	3,0	0,2
6,2,2,1	Crédito Líquido Obtido	303,8	984,7	1 615,2	356,2	0,9	2,1	3,0	0,7
6,2,2,1,1	Desembolsos	1 916,8	2 831,4	3 833,5	2 475,7	5,8	6,0	7,0	4,6
6,2,2,1,2	Amortizações	-1 613,0	-1 846,7	-2 218,3	-2 119,5	-4,9	-3,9	-4,1	-3,9

Memo:

Inflação, Fim de Período(%)	25,1	26,8	18,0	18,0
Produção Petrolífera (MBbl)	463,9	413,6	419,0	419,9
Produção Petrolífera (Mil Bbl)/dia	1 271,0	1 130,4	1 147,9	1 147,2
Preço do petróleo bruto (USD/barril)	41,3	67,5	59,0	100,8
Produto Interno Bruto (mil milhões de Kz)	33 041,0	47 225,9	54 578,2	54 223,7
PIB petrolífero (incluindo LNG)	8 131,1	14 115,7	13 825,4	14 379,0
PIB não petrolífero	24 909,8	33 110,2	40 752,8	39 844,7
Taxa de Cresc, Produto Real (% chg)	-5,6	0,7	2,4	2,7
Petrolífero e Gás	-8,3	-11,6	1,6	2,0
Não Petrolífero	-4,7	6,4	3,1	3,2

Fonte – Ministério das Finanças

2.2 INVESTIMENTO PÚBLICO

69. No final do mês de Setembro de 2022, o PIP integrava um total 3 939 projectos, dos quais 971 a nível central e 2 968 a nível local. Do total dos projectos, o valor em execução, no final de Setembro, fixava-se em Kz 2 577,8 mil milhões dos quais 76,4% já tinham sido liquidados, equivalente a Kz 1 970,2 mil milhões.
70. O PIP 2022 contempla projectos com impacto directo na vida das populações, com prioridade para as acções de carácter social e para a promoção do crescimento económico e social do país, prosseguindo com o combate à Pobreza e à pobreza extrema em Angola e outras vulnerabilidades sociais. Neste sentido, são de destacar alguns programas do Governo como o Plano Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM) e o Programa Integrado de Desenvolvimento Local e Combate à Pobreza (PNLCP). No final do mês de Setembro de 2022, o PIIM e PNLCP alcançaram uma execução financeira de 58,7% e 46,4% respectivamente.

Tabela 9 - Projectos Especiais

Projectos Especiais	Nº de Projectos	OGE - PIP 2022		
		Valor em Execução	Valor Liquidado	Taxa de Execução
Agosto	2 330	273 331 197 977,55	157 100 411 165,49	57,5%
PIIM	1772	246 722 579 104,05	144 743 183 256,37	58,7%
PNLCP	490	26 608 618 873,50	12 357 227 909,12	46,4%

Fonte – Ministério das Finanças

71. Em relação ao estado de execução física dos projectos, até Setembro de 2022, foram concluídos 592 projectos, distribuídos pelos macro sectores económicos (13), infra-estruturas (185), institucionais (67), sociais (327). Dentre os projectos concluídos, priorizou-se o imediato arranque das obras de elevado alcance social, de disponibilização de infra-estruturas e de alcance económico capazes de dinamizar as actividades das empresas e fomentar o emprego, destacando-se:
- Projecto de Relançamento do Algodão - 2ª Fase;
 - Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água Luanda - Km Capari, Bom Jesus;

- Reabilitação e Reforço Sistema Abastecimento de Água do Cuito - 2ª Fase;
- Reabilitação e Expansão de Sistema De Abastecimento De Água De Kiwaba N'Zogi-Lcc;
- Reabilitação e Reforço do Sistema Abastecimento De Água de Cabinda – Lcc;
- Construção Infraestruturas Externas Centralidade De Capari-Icolo e Bengo;
- Reabilitação do Arruamento Saurimo E Algumas Ruas Nos Bairros Periféricos/Saurimo;
- Construção do Sistema Associado Ao Aproveitamento Hidroeléctrico De Laúca - Lote C – Lcc;
- Electrificação da Província Do Zaire;
- Construção de 1 Sistema De Grupos Geradores Par Produção E Distribuição De Energia-Gambos;
- Reabilitação da EN 100, Lote 03, Troço Ponte Do Rio Keve / Sumbe – Cuanza Sul;
- Reabilitação da EN 100, Lote 06, Troço Ponte Do Rio Culango / Lobito – Benguela;
- Reabilitação da Estrada EN 280, Troço: Cuchi/ Cutato-Cuando Cubango;
- Construção 3 Escolas T14 Lumbala Nguimbo e Chiume Município Das Bundas/Moxico;
- Construção do Instituto Médio Politécnico do Lucapa;
- Construção, Fiscalização e Apetrechamento 1 Centro Aconselhamento Familiar Dala Lunda Sul;
- Construção e Apetrechamento do Hospital Municipal do Bula Atumba/Bengo;
- Construção e Apetrechamento 1ª Fase do Hospital Geral Cabinda;
- Construção e Apetrechamento 1ª Fase Hospital Geral Pediatria Luanda;
- Reabilitação do Hospital Sanatório de Luanda;
- Reabilitação e Ampliação do Hospital Municipal do Luau.

2.3 SEP: SECTOR EMPRESARIAL PÚBLICO

72. À data de 30 de Novembro de 2022, o universo do Sector Empresarial Público estava composto de oitenta e oito (88) empresas, das quais sessenta e oito (68) empresas públicas, dezasseis (16) empresas com domínio público e quatro (4) participações minoritárias e o Estado, através do Instituto de Gestão de Activos e Participações – IGAPE – tutelado pelo Ministério das Finanças, tem vindo a reforçar o acompanhamento das mesmas, com vista a promover uma maior transparência através da melhoria da prestação pública sobre o desempenho desse sector.

Tabela 10 - Projectos Especiais

Descrição	Empresas Públicas	Empresas com Domínio Público	Participações Minoritárias	Total
Universo SEP	68	16	4	88

Fonte: Instituto de Gestão de Activos e Participações do Estado, Ministério das Finanças

73. De acordo com o Relatório Agregado do Sector Empresarial Público 2021, assente na prestação de contas por parte de 69 empresas públicas das 88, o sector empresarial público emprega 55.035 trabalhadores e o seu desempenho ao longo do ano de 2021 beneficiou da reversão dos efeitos da pandemia de Covid-19, que condicionou sobremaneira o desempenho deste sector ao longo de 2020, o que ficou evidenciado, para as empresas não financeiras, na melhoria da sua Rentabilidade dos Capitais Próprios (ROE) para 0,18%, contra os negativos 0,30 registados em 2020, e da reversão dos resultados líquidos negativos de Kz 2.633,0 mil milhões para Kz 1.289,0 milhões no mesmo período.
74. As empresas actuaes no sector bancário, ainda incluindo o Banco de Comércio e Indústria, que à data constava da esfera do Estado, o Banco de Poupança e Crédito e o Banco de Desenvolvimento de Angola, continuaram a apresentar um REO negativo de 0,24, entretanto, com tendência de melhoria tendo em conta o ROE negativo de 9,18% observado no ano de 2019. A melhoria do desempenho reflecte-se também no menor resultado líquido negativo que as empresas bancárias do Estado observaram em 2021 no montante de Kz 89,0 mil milhões, em contraste com os níveis de Kz 450,0 mil milhões e Kz 345,0 mil milhões nos anos de 2020 e 2019, respectivamente.

75. Ao nível do sector de seguros, a ENSA Seguros à semelhança do ano de 2020, em 2021 registou igualmente resultados líquidos positivos no valor de Kz 6,0 mil milhões, não obstante a ligeira deterioração ao nível do seu ROE para 0,14, contra os 0,47 em 2020. Por outro lado, a Recredit SA também melhorou o seu desempenho em 2021, com a realização de um resultado líquido positivo de Kz 11,6 mil milhões, contra o resultado líquido negativo de Kz 67,8 mil milhões observado em 2020, tendo igualmente sido acompanhado da melhoria do seu ROE de -0,5, em 2020, para 0,08, em 2021.

***Dividendos Pagos ao Estado pelas Empresas Públicas
registaram um aumento de 534%***

76. Os dividendos pagos ao Estado pelas Empresas Públicas ascenderam ao montante de Kz 1,84 mil milhões, contrariamente aos 290 milhões recebidos em 2020, representando um aumento de 534%.

O Sector Empresarial Público beneficia de reformas estruturais para redimensionar o tamanho do Estado na economia, reduzir o esforço financeiro do Tesouro e promover maior eficiência e transparência das empresas públicas.

77. Para além do Programa de Privatizações que vem sendo implementado desde 2019, o Executivo tem estado a trabalhar visando realizar a reforma do sector empresarial público, cujo roteiro foi aprovado ao abrigo do Decreto Presidencial n.º 13/22, de 18 de Janeiro.
78. Apesar dos desafios impostos com o surgimento da COVID-19 e das condições macroeconómicas que subsistiram no arranque do Programa de Privatizações, a sua implementação tem resultado em avanços importantes para a concretização dos compromissos que o Executivo firmou com a sociedade angolana de melhorar o desempenho do sector empresarial público e de libertar espaço na economia, por via da privatização de activos e empresas, para que o sector privado possa liderar a formação do crescimento económico de Angola enquanto o Estado reforça o seu papel de órgão regulador e coordenador das actividades económicas.

79. Em 2021, foram adjudicadas trinta e duas (32) Empresas/Activos, que totalizaram o valor de Kz 442,4 mil milhões. Das adjudicações efectuadas neste período, foram recebidos Kz 425,8 mil milhões de Kwanzas, correspondentes a 96,2% de execução dos contractos assinados no período, de activos/empresas nos sectores Recursos Minerais, Petróleo e Gás (95,3%), Indústria (4,5%) e Agroindústria (0,2%). Em comparação à 2020, os valores das adjudicações realizadas e dos recebimentos registados cresceram, respectivamente, 23,9% e 897,2%, em 2021.
80. O sector dos Recursos Minerais, Petróleo e Gás concentrou 93,2% do total de adjudicações efectuadas, seguido pelos sectores Financeiro (3,7%), de Turismo (1,8%), da Agroindústria da (0,9%) e da Indústria (0,3%).
81. No cômputo geral, os trinta e dois (32) activos/empresas privatizados em 2021 contemplam treze (13) Empresas Participadas e activos da Sonangol, duas (2) Unidades Industriais da Zona Económica Especial, uma (1) Empresa de Referência Nacional (BCI, S.A.) e dezasseis (16) outras Empresas e activos.

Tabela 11 - Lista de Empresas Privatizadas em 2021 (Em mm de Kwanzas)

Descrição da empresa e/ou Activo	Valor de Adjudicação	Descrição da empresa e/ou Activo	Valor de Adjudicação
PUMA ENERGY*	396,4	HOTEL INFOTUR LUBANGO	1,4
SONADIETS SERVICES, S.A.	1,1	HOTEL INFOTUR NAMIBE	1,1
SONADIETS, S.A.	1,6	ITSS - INTERNATIONAL TRAVEL SERVICES AND SYSTEMS, INC.	0,7
ANGOLACABOS	0,9	ENTREPOSTO FRIGORÍFICO DE DOMBE GRANDE	0,1
ANTLÂNTIDA VIAGENS TURISMO, S.A.(LISBOA)	0,7	FÁBRICA DE LATAS DE DOMBE GRANDE	0,2
ANTLÂNTIDA VIAGENS TURISMO, S.A.(LUANDA)	0,7	ENTREPOSTO FRIGORÍFICO DO NAMIBE	0,2
BCI, SARL	16,5	FÁBRICA DE PROCESSAMENTO DE TOMATE DO NAMIBE	0,3
COMPLEXO DE SILOS DA CAÁLA	0,5	MATADOURO MODULAR DE MALANJE	0,1
COMPLEXO DE SILOS DA CACONDA	0,4	MATELÉCTRICA	0,4
COMPLEXO DE SILOS DA CATABOLA	0,5	SONASURF ANGOLA	1,1
COMPLEXO DE SILOS DA GANDA	0,1	SONASURF INTERNATIONAL	5,6
COMPLEXO DE SILOS DA MATALA	1,1	SONATIDE MARINE SERVICES	6,7
ENTREPOSTO FRIGORÍFICO DE CAXITO	0,2	SONATIDE MARINE, LIMITED (SURCUSAL)	0,1
FÁBRICA PROC. DE TOMATE DE DOMBE GRANDE	0	WTA/HOUSTON EXPRESS, INC.	0,7
FÁBRICA PROC. DE TOMATE E BANANA DE CAXITO	0,3	WTA INTERNATIONAL, S.A.	0,7
HOTEL INFOTUR BENGUELA	1,6	WTA TRAVEL AGENCY, S.A. (LUANDA)	0,7

Fonte: Instituto de Gestão de Activos e Participações do Estado, Ministério das Finanças

82. Não obstante a conclusão do Programa de Privatizações estar prevista para 2022, perspectiva-se a sua continuidade devido à necessidade de finalização dos processos em curso e também as oportunidades existentes de identificação de novos activos

detidos por órgãos públicos ou de activos recuperados, no quadro do Programa de Combate à Corrupção.

83. Para 2022, programou-se a privatização de sessenta e um activos e empresas, tendo sido concretizados trinta e dois processos. Para 2023, está prevista a privatização de 46 activos e empresas, nos sectores da Indústria, Recursos Minerais e Petróleo, Telecomunicações e Transportes, destacando-se dezoito processos iniciados em 2022. Prevêem-se no exercício financeiro de 2023 receitas no montante de Kz 38 534 965 846,82, sendo que 28,1% corresponde aos activos e empresas já privatizados e 71,9% aos processos previstos para concluir em 2023.
84. A alienação desses activos obedecerá aos seguintes procedimentos: privatizações via Oferta Pública Inicial (OPI), privatizações por Concurso Público e privatizações por Concurso Limitado por Prévia Qualificação.

2.4 PPP: PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

85. O Executivo tem explorado a utilização de parcerias público-privadas (PPP) como modelo de contratação de obras e de provimento de serviços públicos, orientando-se pela Lei nº 11/19 de 14 de Maio – Sobre as Parcerias Público-Privadas, que define as bases gerais aplicáveis à priorização, à concepção, ao lançamento, à modificação, à fiscalização e ao acompanhamento global das Parcerias Público-Privadas.
86. A utilização da figura das PPP pelo Estado na contratação de obras e de provimento de serviços públicos tem como finalidade a economia de recursos e o aumento da eficiência na afectação de recursos públicos relativamente aos outros modelos de contratação.
87. No âmbito da política fiscal de 2022, e assim continuará a ser no ano 2023, o Executivo tem procurado tirar o maior proveito dos processos em curso de PPP para melhorar a sua capacidade de planear, avaliar, estruturar e lançar novos projectos de investimento e a provisão privada de serviços públicos, estando actualmente a contar com o apoio do Banco Mundial para capacitar tecnicamente os funcionários públicos ligados a esta matéria, tanto ao nível do Ministérios das Finanças e da Economia e Planeamento, como ao nível dos Ministério de linha com projectos envolvidos na actual carteira de

projectos passíveis de estruturação via PPP. Com o apoio do Banco Mundial encontra-se também em elaboração o Manual de Procedimentos das PPP.

88. Ao longo de 2022, foram desenvolvidas as seguintes actividades no âmbito da carteira de PPP, que inclui, actualmente, 36 projectos:

- Realização da assinatura do Contrato de Gestão e Requalificação do Aterro Sanitário dos Mulenvos na modalidade de PPP;
- acompanhamento dos projectos que serão implementados via PPP nomeadamente:
 - PPP Águas de Cabinda (em curso o plano de investimento para estruturação do projecto);
 - Nova Ponte sobre o Rio Kwanza (em curso a elaboração da minuta do contracto de conversão PIP para PPP);
 - Aterro Sanitário do Huambo (em curso a elaboração das Peças de Procedimento para o lançamento do concurso);
 - Com o apoio da assistência técnica do Banco Mundial, foram elaborados quatro estudos de pré-viabilidade para implementação na modalidade de PPP, nomeadamente: Perímetro Irrigado do Mucoso, Polo Industrial de Fútila, projecto Hidroeléctrico do Chicapa II e projecto de Cabotagem de ligação Marítima entre Luanda – Soyo; bem como foram, igualmente com o apoio do Banco Mundial, elaborados estudos e projectos para PPP Águas de Cabinda.

89. Para o ano de 2023, perspectiva-se a actualização da Carteira de Projectos de PPP e preparação dos projectos prioritários, assim como a estruturação dos projectos, nomeadamente as peças de procedimento cujos estudos de viabilidade foram elaborados pelo Banco Mundial.

90. Perspectiva-se também a nível dos projectos já identificados para PPP o seguinte:

- Conclusão da estruturação do projecto, lançamento do concurso público e adjudicação do parceiro privado para PPP Águas de Cabinda;

- Assinatura do contrato de conversão para PPP do projecto Nova Ponte sobre o Rio Kwanza;
- Lançamento do concurso público e adjudicação do parceiro privado do Aterro Sanitário do Huambo.

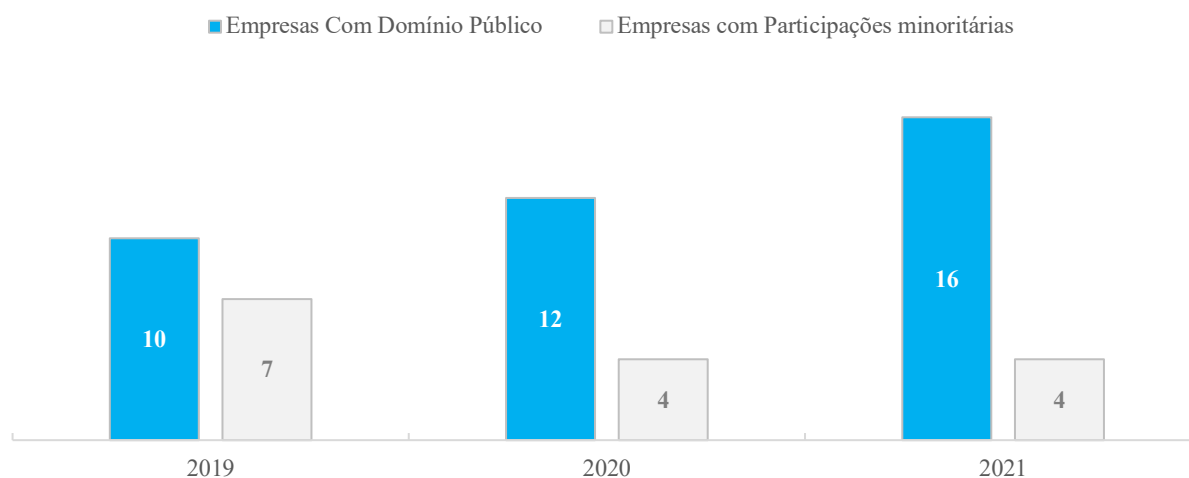
2.5 ACTIVOS E PASSIVOS DO ESTADO

2.5.1 ACTIVOS DO ESTADO

Participações do Estado

91. O Estado participa na actividade económica das empresas, de forma directa e indirecta, em diversos sectores, tendo participações maioritárias e minoritárias, nos termos dos artigos 4.º e 5.º da Lei n.º 11/13, de 3 de Setembro, de Bases do Sector empresarial Público. Adicionalmente, o Estado adquire títulos de participação de capital em empresas no exterior do país expandindo os seus investimentos financeiros.
92. Assim, a carteira das participações do Estado é composta por participações em empresas sediadas no país (participações maioritárias e minoritárias) e sediadas no exterior.
93. Para as empresas sedeadas no país, apontam-se por um lado, as com domínio Público, sobre as quais o Estado directamente ou indirectamente detém a totalidade ou a maioria do capital social ou exerce influencia dominante e por outro lado as empresas com participações públicas minoritárias, sobre as quais o Estado detém participações pouco expressivas.

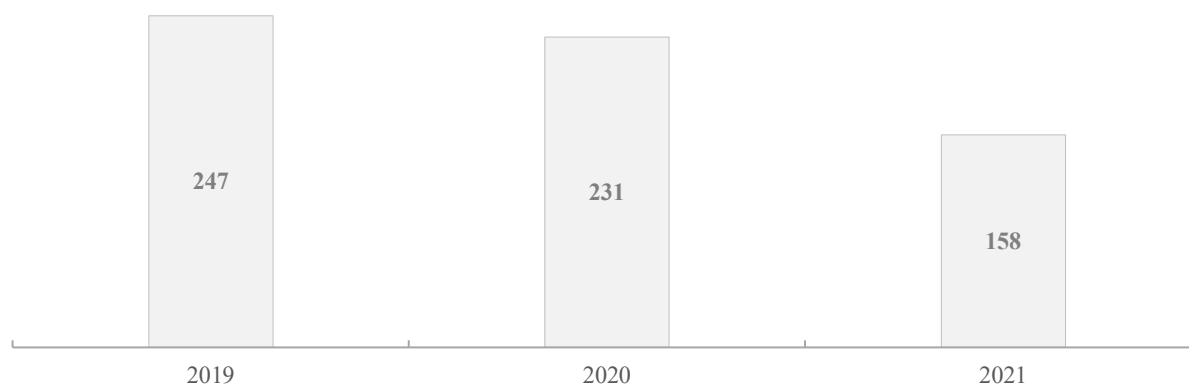
Gráfico 12 - Evolução da carteira de participações directas do Estado no país no período de 2019-2021



Fonte: Instituto de Gestão de Activos e Participações do Estado, Ministério das Finanças

94. Paralelamente, o Estado detém participações indirectas em diversas entidades cuja evolução se apresenta no gráfico que segue.

Gráfico 13 - Número de Participações indirectas do Estado



Fonte: Instituto de Gestão de Activos e Participações do Estado, Ministério das Finanças

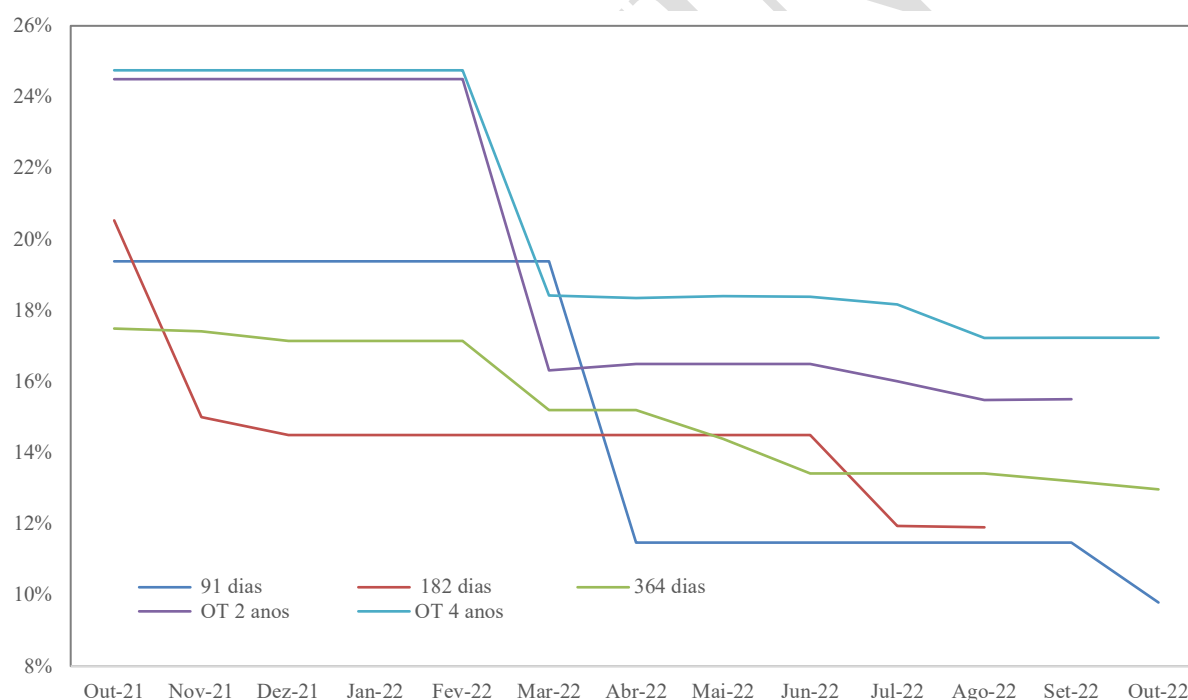
2.5.2 DÍVIDA DIRECTA DO ESTADO

95. A política fiscal seguida em 2022, a par da política monetária do Banco Nacional de Angola, continuou a ser determinante para que os objectivos da estratégia da gestão activa da dívida pública fossem reforçados, mediante: melhoria do perfil de custo e redução do risco da dívida que apoiem a sua sustentabilidade; as acções de gestão da

dívida que têm gerado um impacto bastante positivo para o fortalecimento da credibilidade do país e para que a política fiscal possa contribuir de maneira activa para a melhoria das condições de financiamento das famílias e das empresas pela banca nacional, reforçando assim a confiança na trajectória fiscal; e na gestão financeira rigorosa e mais credível que o Estado tem vindo a seguir.

96. O custo da dívida emitida tem vindo a reduzir-se de modo consistente com as aspirações da estratégia da dívida, sendo que o grande foco consiste em colocar as taxas de juro das novas emissões de títulos do Tesouro abaixo do custo médio do *stock* da dívida pública. Neste domínio, destaca-se que o ano de 2022 foi um bom ano, observando desde Outubro de 2021 uma redução generalizada das taxas de juro dos bilhetes e das obrigações do Tesouro em todas as maturidades.

Gráfico 14 - Evolução recente das taxas de juro dos papéis do Tesouro.



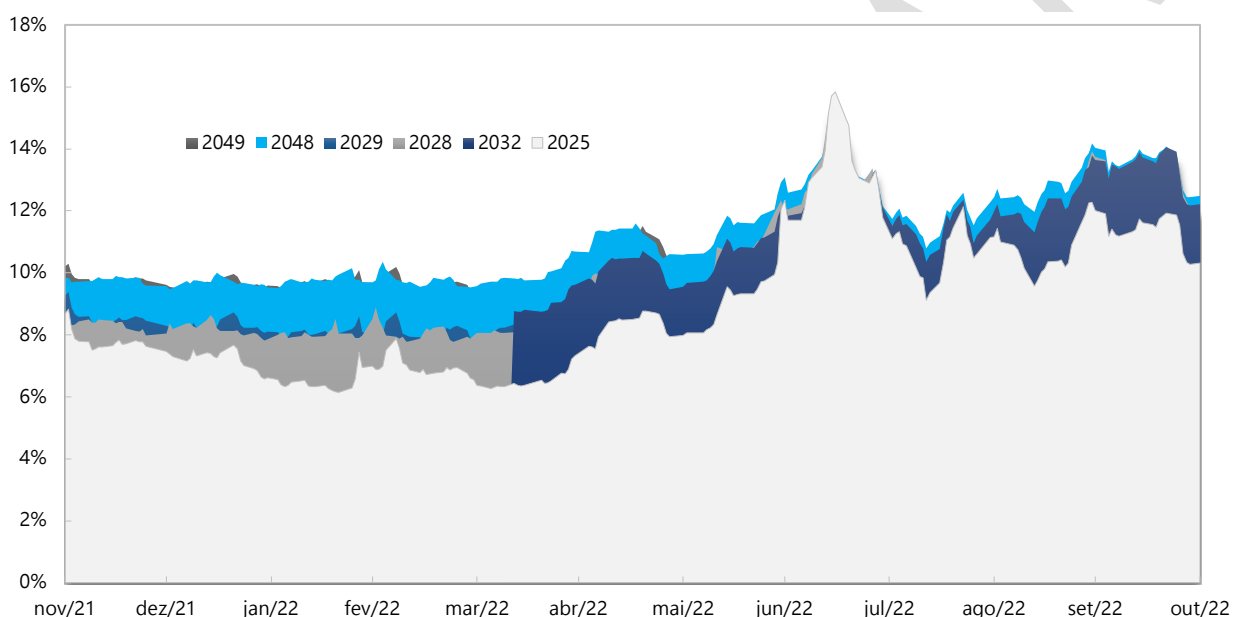
Fonte: Unidade de Gestão da Dívida, Ministério das Finanças.

97. A estratégia de gestão activa da dívida consolidou-se igualmente, em 2022, através da execução, no mês de Abril, da operação Palanca IV, que consistiu na emissão no mercado internacional de USD 1,75 mil milhões de dívida soberana (Eurobonds) com maturidade de 10 anos e uma taxa de juro de cupão de 8,75% ao ano, estruturada em duas componentes, sendo a primeira a de realizar a gestão dos passivos (*Liability*

Management) das Eurobonds vencidos em 2025 (Palanca I), permitindo assim o alongamento da curva e dispersando fluxos de pagamentos futuros e aliviando pressões da Tesouraria do Estado, e a segunda componente a de captar junto do mercado recursos para o reforço do Tesouro no âmbito da execução do OGE 2022.

98. As *yields* dos Eurobonds ao longo do exercício verificaram alterações consideráveis, em virtude de vários eventos de impacto económico e financeiro ao nível global, criando alterações das expectativas sobre o desempenho da economia do país, assim como, do rating soberano.

Gráfico 15 - Evolução das Yields das Eurobonds nas diferentes maturidades



Fonte: Unidade de Gestão da Dívida

99. Adicionalmente, a estratégia de gestão activa da dívida consolidou-se igualmente no decurso de 2022, com a realização de diversas acções de fomento e alargamento das maturidades do mercado interno de dívida, sendo de destacar, entre essas acções, (1) início da emissão de novas Obrigações do Tesouro nas maturidades de 6,8 e 10 anos com a visão de gradualmente se estender a curva de maturidade, bem como se definir novas taxas de juro e seguir uma gestão de dívida que descontinue a política de venda a desconto, passando a ser negociado ao par ou a prémio; (2) realização de operações de pagamento antecipado da dívida enquanto medida estratégica de gestão de passivos, priorizando-se as mantidas por entidades públicas; (3) realização de novas operações promotoras do pagamento de atrasados e capitalizações de empresas pública em *cash*, no lugar do pagamento de atrasados e capitalizações por títulos.

100. No decurso de 2022, o país assistiu às revisões económicas periódicas da Moody's, Standards and Poor's (S&P) e Fitch, tendo a notação do risco da dívida soberana do governo de Angola alcançado os seguintes resultados:
- **Moody's** reviu para cima o Outlook de Angola de "estável" para "positivo", mantendo a escala de notação de risco da dívida soberana de Angola em "B3";
 - **Fitch Ratings**, no mês de Janeiro de 2022, melhorou a notação de risco soberano de Angola de "CCC" para "B-" e, no mês Julho, alterou de estável para positivo a nossa perspectiva
 - **Standard and Poor's**, no mês de Fevereiro de 2022, melhorou a notação do risco soberano de Angola de "CCC+" para "B-" e, no mês Agosto, manteve a perspectiva como estável.
101. Dados preliminares de Outubro revelam que a dívida governamental se reduziu em 11% face ao observado em 2021, passando de Kz 36 758,2 mil milhões, em Dezembro de 2021, para Kz 32 580, 9 mil milhões em Outubro de 2022. A apreciação cambial que se observou de Dezembro de 2021 a Outubro de 2022 afigura-se como o principal factor dessa redução, combinada com a gestão fiscal pautada no controle do défice primário não petrolífero.
102. A maior parte do stock da dívida mantém-se concentrada na dívida externa. No mês de Outubro, a dívida externa correspondia a 70% do total, ou ao equivalente a Kz 22 681 mil milhões, uma diminuição, em termos nominais de 12,2% face ao mês de Dezembro de 2021.
103. A dívida interna corresponde a aproximadamente 30 % do total, ou Kz 9 899,8 mil milhões. As Obrigações do Tesouro congregam a maior parte do stock da dívida doméstica (Kz 9 613,4 mil milhões ou 95%), ao passo que os Bilhetes do Tesouro representam 3% da dívida interna, ou seja, 286,4 mil milhões e 2% correspondem a dívida interna contratual.

A estratégia de gestão da dívida pública seguida em 2022 permite encarar o ano de 2023 com confiança, mantendo o foco de redução do rácio de dívida pública sobre o PIB.

104. No ano de 2023, continuar-se-á a dar foco na melhoria do perfil do custo da dívida e na redução dos riscos visando o reforço da sustentabilidade das finanças públicas, em linha com a Estratégia de Médio Prazo da Dívida 2022-2024 do Executivo, e em consonância com as orientações da política fiscal para o ano 2023 e anos vindouros, e visando alcançar os seguintes objectivos.
- Fomentar e alargar as maturidades do mercado interno de dívida;
 - Privilegiar a captação de financiamento semi-concessionais com o objectivo de melhorar o custo e a maturidade da dívida;
 - Adoptar uma gestão activa de passivos.

3 ESTRATÉGIA DE CRESCIMENTO E POLÍTICA FISCAL PARA 2023

3.1 REFORÇAR A ESTABILIDADE MACROECONÓMICA E FORTALECER O CRESCIMENTO ECONÓMICO

A estabilidade macroeconómica é a atmosfera que propicia o crescimento económico e em 2023 o Executivo continuará a fortalecê-la e a preservá-la de riscos.

105. Em 2023, vamos continuar a consolidar os ganhos já conseguidos no respeitante a estabilidade macroeconómica do país, como aspecto crucial para o crescimento económico sustentado do país.
106. Neste sentido, o Executivo continuará a adoptar medidas de política que visem consolidar a estabilidade macroeconómica para dar às famílias angolanas e às empresas uma atmosfera cada vez mais propícia e segura para a tomada de decisões económicas, garantindo-se um crescimento económico mais forte.
107. Para consolidação da estabilidade macroeconómica, o Executivo conta, em 2023:
 - **Criar o enquadramento jurídico que permita a preparação e realização de uma operação de *Hedging* com o objectivo de mitigar os riscos da volatilidade do petróleo.** O objectivo é fazer-se recurso à instrumentos financeiros para cobertura parcial do risco associado à volatilidade do preço de petróleo, de risco de cambio entre outros;
 - **Prosseguir o objectivo de menos inflação para se garantir um consumo mais forte para as famílias e condições de financiamento pela banca nacional mais favoráveis para as famílias e empresas.** O Executivo definiu como objectivo de inflação a meta de 11,1%. O Executivo continuará a monitorar as implicações da evolução da situação internacional marcada pelo conflito Rússia-Ucrânia, sobretudo, de modo a mitigar impactos de agravamento dos preços dos produtos de amplo consumo, contribuindo assim para contenção das pressões inflacionárias;

- **Manter a política fiscal ancorada à continuidade da consolidação das finanças públicas.** O controle do crescimento do défice primário não petrolífero afigura-se uma prioridade do Executivo, tendo presente a relevância dos seus impactos para estabilidade macroeconómica, necessidades de financiamento do Estado vis-à-vis disponibilidade da banca nacional para financiar o sector privado a taxas de juros mais baixas, bem como os seus impactos para a sustentabilidade da dívida pública. Para ano 2023, projecta-se um saldo primário não petrolífero deficitário de 6,5% do PIB abaixo de 7,7% do PIB projectado para 2022.
- **Reforçar a Gestão Activa da Dívida Governamental.** O Executivo aprovou a Estratégia da dívida para o triénio 2022 – 2024, e por via desta estratégia continuará a tomar medidas, no ano de 2023, visando melhorar o perfil de vencimentos da dívida, reduzir as vulnerabilidades e riscos da carteira da dívida pública, e o custos das novas emissões de títulos do Tesouro, de modo a que por esta via, reduza o custo médio do *stock* da dívida pública, contribuindo assim para que o sector bancário nacional reforce o seu papel de financiador as famílias e as empresas.

108. Para reforçar o crescimento da economia, em 2023, o Executivo conta com as seguintes prioridades:

- **Defender o consumo das famílias e proteger os rendimentos de quem trabalha.** A actual situação internacional marcada pelo conflito na Ucrânia tem propulsado ondas de choques sobre os preços internos. Com este orçamento, o Executivo vai continuar a adoptar medidas de mitigação do aumento dos preços dos produtos de amplo consumo (cesta básica), contribuindo, desta forma, para contenção de pressões maiores sobre a taxa de inflação.

Para proteger os rendimentos dos trabalhadores, com o objectivo de abranger o maior número de contribuintes à segurança social e facilitar o avanço da reforma do sector empresarial público, o Executivo implementará, em 2023, um regime de excepcional de perdão juros e multas exclusivamente aplicável às entidades do sector empresarial público objecto de extinção e liquidação no âmbito da referida reforma, em função do elevado passivo e insuficiência de activos para a sua cobertura. O montante de passivos avaliados para com a o Instituto Nacional da

Segurança Social (INSS) de empresas públicas já identificadas e priorizadas para o ano de 2023 ascende a Kz 18 000 000 000,00 (dezoito mil milhões de kwanzas).

No âmbito deste esforço, o Executivo dá particular atenção às famílias mais vulneráveis e continuará com a implementação de transferências monetárias Projecto Kwenda, cujo montante é ajustado de kz 8.500,00 ao mês para Kz 11.500 ao mês para atenuar os impactos da pressão dos preços dos produtos sobre os orçamentos dessas famílias, e adicionalmente o Executivo visa, em 2023, alcançar 1.300.000 famílias cadastradas e 1.000.000 de famílias recebendo pagamentos.

- **Apostar na diversificado da economia impulsionando no investimento privado e estimulando liquidez nas empresas.** Um bom ambiente de negócios e o investimento privado são pilares fundamentais para o desenvolvimento. Com este orçamento, o Executivo implementará medidas de facilitação do acesso do sector privado ao financiamento produtivo, através do Banco de Desenvolvimento de Angola, com o arranque, em 2023, dos Planos Nacionais de Fomento da Produção de Grãos (PLANAGRÃO), da Pecuária (LANAPECUÁRIA) e das Pecas (LANAPESCA), visando a autossuficiência alimentar, a redução da vulnerabilidade económica e o aumento da capacidade produtiva interna:
 - **PLANAGRÃO**, com o objectivo de aumentar a capacidade do país de produzir grãos (trigo, arroz, soja e milho), com foco no leste do país, e avaliado em USD 5,7 mil milhões;
 - **LANAPECUÁRIA**, avaliado em USD 300 milhões repartidos em três (3) anos, que permitirá o aumento da produção de carne bovina, carne suína, carne caprina/ovina, produção de ovos de leite;
 - **LANAPESCAS**, avaliado igualmente, em USD 300 milhões repartidos em cinco (5) anos, com o propósito de fomentar, preferencialmente, a actividade pesqueira empresarial, de aumentar a produção e transformação do pescado e do sal, de contribuir para o desenvolvimento do comércio e o aumento das receitas fiscais.

Com este orçamento, o Executivo prevê injectar liquidez na tesouraria das empresas fornecedoras do Estado através de um pacote financeiro de Kz 429,0 mil milhões, no âmbito dos seus compromissos de aceleração da regularização de

atrasados, libertar liquidez para a tesouraria das empresas, gerando-se com isto um impacto positivo para a economia.

- **Impulsionar o investimento Público Estruturante para acelerar o crescimento e a recuperação dos empregos.** O investimento público ainda é um importante determinante do crescimento económico na economia angolana, atendendo os elevados défices de infraestruturas no país. Para 2023, o Executivo priorizará a realização de investimentos públicos em diversos sectores da economia nacional passíveis de criar dividendos para a aceleração da economia e o aumento dos empregos.
- **Desonerar custos na cadeia de abastecimento de bens e serviços, através de medidas fiscais e aduaneiras.** No âmbito deste orçamento, o Executivo conta com um pacote de ajuste fiscal orientado a desonerar custos na cadeia de abastecimento de bens e serviços:
 - Ao nível do Imposto sobre o Rendimento do Trabalho (IRT):
 - Fica reduzida à 6,5% a taxa do IRT, em contraposição dos actuais 25%, para os contribuintes do Grupo C cujo volume de facturação, no exercício de 2022, é igual ou inferior a 10.000.000,00 Kz, sendo que a matéria colectável corresponde ao volume de vendas de bens e serviços não sujeitos a retenção na fonte. Esta medida permitirá libertar liquidez aos pequenos comerciantes e/ou comerciantes em nome individual.
 - Ao nível do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA):
 - Manutenção da fixação em 7%, contrariamente aos 14% previstos no CIVA, da taxa do Imposto sobre Valor Acrescentado, relativamente às prestações de serviços de hotelaria e restauração;
 - Manutenção das taxas do IVA, reduzidas em 2021, nas operações de importação e transmissão dos bens diversos de amplo consumo e do sector produtivo referidos na Tabela Anexa I da Lei Anual do Orçamento Geral do Estado.
 - Ao nível Aduaneiro:
 - Ficam dispensadas do procedimento de despacho e do pagamento dos direitos aduaneiros e da taxa devida pela prestação de serviços, as

mercadorias expedidas pelos correios por intermédio de operadores de correio ou carga expresso, ou contidas na bagagem pessoal dos viajantes, desde que reúnam, cumulativamente, os requisitos do conceito de bens de uso pessoal, transportadas em quantidades reduzidas e que não excedam por remessa ou por viajante o valor de Kz: 1 000 000,00 (Um milhão de Kwanzas), em contraposição, dos kz 232.320,00, equivalentes a 2.640 UCFs;

- Fica reduzida à 16% do valor FOB a taxa forfetária, em contraposição de 25%, das mercadorias importadas que não reúnam os requisitos do conceito de bens de uso pessoal ou cujo valor seja entre Kz: 1 000 001,00 (um milhão e um Kwanzas) e 2 000 000,00 (dois milhões de Kwanzas), e sujeitas ao procedimento simplificado de despacho aduaneiro;
- Fica alargado o limiar da obrigatoriedade do desalfandegamento no procedimento geral de despacho as mercadorias cujo valor exceda o montante de Kz: 2 000 000,00, em contraposição do Kz 792.000,0;
- Os contribuintes podem requerer junto da Administração Geral Tributária o pagamento em prestações de dívidas aduaneiras desde que tenha havido o procedimento de desembaraço aduaneiro de mercadorias importadas com diferimento do pagamento de direitos e demais imposições aduaneiras;
- Fica alargada a figura de operadores económicos autorizados a despachantes oficiais e transitários, para além dos importadores e exportadores, podendo beneficiar do seguinte:
 - Possibilidade para pagamento dos Direitos Aduaneiros em prestações, nos termos do Código Geral Tributário;
 - Postergação do prazo para 60 (sessenta) dias para apresentação da Declaração de Compromisso de Exclusividade nas mercadorias importadas para o sector produtivo;
 - Dispensa de apresentação de garantia no processo de desembaraço aduaneiro.

- Possibilidade de realização do desembaraço aduaneiro das mercadorias com diferimento do pagamento de direitos e demais imposições aduaneiras devidos. 2. Para os Operadores Económicos Autorizados, certificados como Despachantes Oficiais e Transitários, são atribuídos os seguintes benefícios:
- Redução do número de inspecções físicas e documentais;
- Tratamento prioritário caso seja seleccionado para inspecções físicas e documentais;
- Dispensa de apresentação de garantia nos processos de trânsito.

3.2 POLÍTICA FISCAL DO OGE 2023

109. Em 2023, o Executivo vai continuar a prosseguir o seu compromisso com a consolidação fiscal, visando a redução do défice primário não petrolífero. A concretização deste objectivo conta com uma perspectiva de aumento da receita não petrolífera na ordem de 16% e de um aumento ainda menor da despesa primária na ordem dos 7% face às respectivas estimativas de fecho no ano 2022, com o complemento dos impactos esperados das seguintes medidas:

110. **Do lado da Receita:**

- **Continuar com as acções voltadas para o aumento da Base Tributária, Melhoria da fiscalização e Procedimentos Tributários**, incluindo:
 - a implementação de medidas que visam a melhoria da competitividade e eficiência do sistema fiscal angolano;
 - o reforço da fiscalização e o ajuste nos procedimentos, com vista à melhoria da eficiência e eficácia na arrecadação da receita fiscal;
 - a continuidade das acções conducentes a realização da transformação digital e gradual do sistema tributário nacional;
 - o reforço das acções de educação e promoção da cidadania fiscal; monitoramento, controlo e a *compliance* dos processos tributários;

- a continuidade da promoção do cadastro massivo de pessoas e bens (imóveis e veículos motorizados).
- **Continuar com a implementação do Programa de Privatizações – PROPRIV.** Para 2023, está prevista a privatização de 46 activos e empresas, nos sectores da Indústria, Recursos Minerais e Petróleo, Telecomunicações e Transportes, destacando-se dezoito processos iniciados em 2022. Prevê-se no exercício financeiro de 2023 receitas no montante de Kz 38 534 965 846,82, sendo que 28,1% corresponde aos activos e empresas já privatizados e 71,9% aos processos previstos para concluir em 2023.

111. Do lado da Despesa:

- São suspensos os seguintes direitos e regalias a todos os beneficiários, desde que o encargo seja suportado pelos recursos ordinários do Tesouro:
 - Subsídio de manutenção de Residência para todos os beneficiários;
 - Subsídio de reinstalação para todos os beneficiários;
 - Subvenção mensal vitalícia aos beneficiários remunerados de forma cumulativa, salvo se o beneficiário optar por receber exclusivamente a subvenção mensal vitalícia;
 - Atribuição de veículos do Estado para apoio à residência aos Titulares de Cargos Políticos, Magistrados e outros beneficiários.
- Durante o exercício económico de 2023 são, igualmente, restringidos os seguintes direitos:
 - Subsídio de instalação em 50% para todos os beneficiários;
 - Subsídio de estímulo em 50%, cujo pagamento deve ocorrer em parcela única;
 - Redução das classes dos Bilhetes de Viagem dos Titulares de cargos políticos, magistrados, Deputados e respectivos cônjuges, da 1.ª classe para a classe executiva e, dos titulares de cargos de Direcção e Chefia, da classe executiva para a classe económica.
- Racionalizar a generalidade das despesas com subsídios no âmbito da reforma do sector empresarial público.

112. Ainda do lado da despesa, o Executivo visiona realizar as seguintes reformas estruturais:

- **Acelerar a reforma do Sector Empresarial Público (SEP)**, visando alterar o paradigma actual caracterizado por um número elevado de empresas com débil desempenho económico-financeiro e restrições de liquidez, que tem desencadeado consideráveis riscos fiscais para as contas públicas. Foi aprovado o Roteiro para a Reforma do SEP, por meio da publicação do Decreto Presidencial n.º 13/22, de 18 de Janeiro, a ser executado entre os anos 2022 e 2025;
- **Acelerar a reforma dos Fundos Públicos**, de acordo com o Programa de Reestruturação dos fundos públicos aprovado pelo Executivo ao abrigo do Decreto Presidencial n.º 61/22, 22 de Fevereiro, consistindo a referida reforma na redução dos actuais dezasseis (16) fundos públicos, incluindo no âmbito do programa, para cinco (5) fundos, nomeadamente: (1) Fundo de Desenvolvimento de Infraestruturas; (2) Fundo de Apoio ao Crédito; (3) Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social; (4) Fundo de Desenvolvimento do Sector Produtivo e (5) Fundo de Capital de Risco, otimizando desta forma o esforço financeiro do Tesouro e prosseguindo uma maior racionalização e eficiência alocativa e técnica da despesa pública.
- **Continuar com a Desconcentração Financeira**, um dos pilares da Política de Descentralização e Reforço do Poder Local do Executivo que vem sendo concretizada através da implementação dos diplomas que configuram o Regime Financeiro Local, no domínio da receita e da despesa;
- **Consolidar os resultados alcançados aos níveis:**
 - da desconcentração da execução financeira dos recursos do Programa Integrado de Desenvolvimento Local e Combate à Pobreza;
 - da execução da despesa derivada da receita própria que é totalmente desconcentrada ao nível dos Governos Provinciais, Administrações Municipais, de Distritos Urbanos e com o objectivo de estender essa autonomia na execução das despesas às Administrações Comunitárias, que se prevê que evoluam para Órgãos Dependentes;
 - do processo de gestão administrativa dos projectos de iniciativa local do PIIM que é realizado ao nível local;

- da implementação do Orçamento do Município a todos municípios, com a atribuição do valor anual actualmente definido de Kz 25 milhões à cada Município.
- **Continuar a reforçar a gestão do investimento público.** Em 2023, o Executivo continuará a prosseguir os esforços já iniciados para a melhoria da qualidade da despesa pública por via de um controlo mais rigoroso da despesa de capital enquadrada no Programa de Investimentos Públicos para 2023;
- **Continuar a realizar melhorias estruturais ao nível da contratação pública,** através do reforço da observância das condições competitivas no âmbito dos concursos públicos, reforçar a transparência, bem como da expansão do Sistema Nacional de Contratação Pública Electrónica, do Sistema de Gestão de Contratos e no desenvolvimento de novas funcionalidades no Portal da Contratação Pública, que permitam aceder aos preços de referência e aos principais indicadores estatísticos. O Executivo irá continuar a tomar acções para expandir o Sistema de Avaliação dos Fornecedores do Estado que tem permitido acompanhar os fornecedores ao longo do tempo e perceber se estão alinhados à finalidade do contrato e, conseqüentemente, impulsionar a criação de um conjunto de regras para a padronização de bens e serviços e empreitadas de obras públicas adquiridos pela Administração Pública.

4 PROPOSTA DE ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO 2023

4.1 CENÁRIO FISCAL 2023

113. O Orçamento Geral do Estado para 2023 está avaliado em cerca de Kz 20 104,2 mil milhões, comportando um total de despesa fiscal de Kz 12 902,2, correspondente a 64,2% do orçamento, e de despesa financeira de Kz 7 202,0 mil milhões, concentrando 35,8% do orçamento total.
114. Esta proposta orçamental traduz um aumento de 7,2% relativamente ao OGE 2022 (Kz 18 745,3 mil milhões) e de 5,9% quando comparado com as perspectivas de fecho das contas fiscais de 2022.
115. As projecções fiscais que suportam o OGE 2023 antecipam um superávit fiscal de 0,9% do PIB, em resultado de fluxos globais de receita fiscal de 22,1% do PIB e de despesa fiscal de 21,2% do PIB, e, comparativamente ao saldo global previsto no OGE 22 de 0,0% do PIB e nas projecções fiscais actualizadas, 2,7% do PIB, representa um aumento de 0,9 pp e uma diminuição de 1,8 pp.
116. As despesas com os juros da dívida estão inscritas no orçamento em Kz 2 440,8 mil milhões (4,0% do PIB) e reflectem um aumento de 14,3% relativamente às projecções de fecho de 2022.
117. A despesa primária regista um aumento de 7,1%, quando comparada com a estimativa de fecho de 2022, situada em Kz 9 764,4 mil milhões.
118. O equilíbrio das contas públicas e a criação sucessiva de saldos primários são fundamentais para que se tenha uma trajectória de redução da dívida pública e, assim, reforçar a sustentabilidade financeira do Estado e melhorar as condições de financiamento das famílias e das empresas angolanas.
119. As projecções fiscais apontam para um superavit primário de 4,9% do PIB, reflectindo-se numa redução de 1,8 pp face ao que se estima como fecho para 2022 (6,7% do PIB).

Tabela 12 - Quadro Macro Fiscal 2021-2023

N.º	Quadro Fiscal Médio Prazo (expressas em mil milhões de Kwanzas, excepto onde indicado em contrário)	2021		2022		2023	Porcentagem do PIB			
		Prel.	OGE	PMF	OGE	2021		2022		2023
						Prel.	OGE	PMF	OGE	
1	Receitas	10 995,0	11 637,4	13 371,3	13 462,0	23,3	21,3	24,7	22,1	
1,1	Receitas correntes	10 973,1	11 637,4	13 332,0	13 462,0	23,2	21,3	24,6	22,1	
1,1,1	Impostos	10 323,8	10 729,8	12 355,1	11 999,4	21,9	19,7	22,8	19,7	
1,1,1,1	Petrolíferos	6 615,3	6 118,0	7 973,0	7 195,6	14,0	11,2	14,7	11,8	
1,1,1,1,1	Dos quais: Direitos da concessionária	4 676,0	4 048,9	5 234,5	4 540,7	9,9	7,4	9,7	7,4	
1,1,1,2	Não petrolíferos	3 708,5	4 611,8	4 382,1	4 803,8	7,9	8,4	8,1	7,9	
1,1,2	Contribuições sociais	350,1	335,6	389,8	310,9	0,7	0,6	0,7	0,5	
1,1,3	Doações	1,7	1,1	0,4	6,9	0,0	0,0	0,0	0,0	
1,1,4	Outras receitas	297,6	570,9	586,6	1 144,8	0,6	1,0	1,1	1,9	
1,2	Receitas de capital	21,9	-	39,3	-	0,0	-	0,1	-	
2	Despesas	9 206,7	11 635,9	11 899,1	12 902,2	19,5	21,3	21,9	21,1	
2,1	Despesas correntes	6 726,7	9 662,8	8 728,5	9 808,0	14,2	17,7	16,1	16,1	
2,1,1	Remuneração dos Empregados	2 094,5	2 677,0	2 391,0	2 825,2	4,4	4,9	4,4	4,6	
2,1,2	Bens e Serviços	1 645,6	2 429,9	2 112,3	2 885,0	3,5	4,5	3,9	4,7	
2,1,3	Juros	2 444,5	3 020,9	2 134,6	2 440,8	5,2	5,5	3,9	4,0	
2,1,3,1	Externos	1 241,7	1 753,4	989,0	1 295,6	2,6	3,2	1,8	2,1	
2,1,3,2	Internos	1 202,8	1 267,5	1 145,7	1 145,2	2,5	2,3	2,1	1,9	
2,1,4	Transferências	542,1	1 534,9	2 090,6	1 657,0	1,1	2,8	3,9	2,7	
2,1,4,1	Subsídios	62,3	872,8	1 522,7	964,3	0,1	1,6	2,8	1,6	
2,2	Despesas de capital	2 479,9	1 973,1	3 170,6	3 094,2	5,3	3,6	5,8	5,1	
2,2,1	Aquisição de activos não financeiros	2 391,7	1 973,1	-	3 080,8	5,1	3,6	-	5,0	
3	Saldo Global (compromisso)	1 788,3	1,5	1 472,2	559,8	3,8	0,0	2,7	0,9	
6	Financiamento líquido	91,0	- 1,5	1 534,0	559,8	0,2	0,0	2,8	- 0,9	
6,1	Financiamento interno (líquido)	- 428,6	- 1 616,7	2 198,0	311,0	0,9	3,0	4,1	- 0,5	
6,1,1	Activos	- 488,2	- 352,3	756,0	559,0	1,0	0,6	1,4	- 0,9	
6,1,2	Passivos	59,6	- 1 264,0	1 442,0	248,0	0,1	2,3	2,7	0,4	
6,1,2,1	Crédito Líquido Obtido	- 152,3	- 1 264,0	- 584,9	248,0	0,3	2,3	- 1,1	0,4	
6,1,2,1,1	Desembolsos	3 158,5	3 050,3	2 555,4	3 097,0	6,7	5,6	4,7	5,1	
6,1,2,1,2	Amortizações	- 3 310,8	- 4 314,3	- 3 140,4	2 849,0	7,0	7,9	- 5,8	- 4,7	
6,2	Financiamento externo (líquido)	519,6	1 615,2	- 664,0	248,8	1,1	3,0	- 1,2	- 0,4	
6,2,1	Activos	- 971,9	-	- 783,3	-	2,1	-	- 1,4	-	
6,2,2	Passivos	1 491,5	1 615,2	119,3	248,8	3,2	3,0	0,2	- 0,4	
6,2,2,1	Crédito Líquido Obtido	984,7	1 615,2	356,2	248,8	2,1	3,0	0,7	- 0,4	
6,2,2,1,1	Desembolsos	2 831,4	3 833,5	2 475,7	3 525,6	6,0	7,0	4,6	5,8	
6,2,2,1,2	Amortizações	- 1 846,7	- 2 218,3	- 2 119,5	3 774,4	3,9	4,1	- 3,9	- 6,2	

Memo:

Inflação, Fim do Período(%)	26,8	18,0	18,0	11,1
Produção Petrolífera (MBbl)	413,6	419,0	419,9	430,7
Produção Petrolífera (Mil Bbl)/dia	1 130,4	1 147,9	1 147,2	1 180,0
Preço do petróleo bruto (USD/barril)	67,5	59,0	100,8	75,0
Produto Interno Bruto (mil milhões de Kz)	47 225,9	54 578,2	54 223,7	61 012,4
PIB petrolífero (incluindo LNG)	14 115,7	13 825,4	14 379,0	13 477,0
PIB não petrolífero	33 110,2	40 752,8	39 844,7	47 535,4
Taxa de Cresc. Produto Real (% chg)	0,7	2,4	2,7	3,3
Petrolífero e Gás	- 11,6	1,6	2,0	3,0
Não Petrolífero	6,4	3,1	3,2	3,4

Fonte: Ministério das Finanças.

4.2 NECESSIDADES DE FINANCIAMENTO DO ORÇAMENTO

120. Para além da premissa de preparação do Quadro Fiscal de Médio Prazo de redução do nível do défice primário não petrolífero (défice estrutural), em virtude da observância da exigência de redução do rácio da dívida plasmada na Lei da Sustentabilidade das Finanças Públicas, a preparação do cenário fiscal do OGE 2023 assentou, adicionalmente, na premissa do Quadro Fiscal de Médio Prazo de controlar as necessidades brutas de financiamento do orçamento em níveis compatíveis com a sustentabilidade das finanças públicas, e promover uma gestão da dívida prudente, proactiva e fiscalmente menos cara.
121. O OGE 2023 preserva a sustentabilidade das finanças públicas a curto, médio e longo prazos, comportando necessidades brutas de financiamento de cerca de Kz 7 202,0 mil milhões, correspondendo a 11,8% do PIB, incluindo necessidades líquidas no montante de Kz 578,7 mil milhões, representando 0,9 % do PIB, e amortização de dívida de curto, médio e longo prazo de Kz 6 623,4 mil milhões, correspondendo a 10,9% do PIB.
122. As necessidades brutas de financiamento deste orçamento, no valor de 11,8% do PIB, traduzem uma redução de 1,2 pp do PIB quando comparadas com as do OGE 2022, não obstante o aumento verificado ao nível das despesas com as amortizações da dívida.

Tabela 13 - Necessidades de Financiamento do Estado em 2023

Necessidades Brutas de Financiamento	OGE 2022 Kz mil milhões	PMF 2022 Kz mil milhões	OGE 2023 Kz mil milhões	OGE 2022 % do PIB	PMF 2022 % do PIB	OGE 2023 % do PIB	Δ % OGE	Δ pp OGE
Necessidades Brutas de Financiamento	7 109,4	7 079,5	7 202,0	13,0	13,1	11,8	1,3	-1,2
Necessidades Líquidas de Financiamento	576,8	1 819,7	578,7	1,1	3,4	0,9	0,3	-0,1
Défice Fiscal	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Operações de tesouraria	0,0	1 472,5	0,0	0,0	2,7	0,0	0,0	0,0
Aquisição de Activos Financeiros	576,8	347,2	578,7	1,1	0,6	0,9	0,3	-0,1
Amortizações de Dívida de CMLP	6 532,6	5 259,8	6 623,4	12,0	9,7	10,9	1,4	-1,1
Internas	4 314,3	3 140,4	2 849,0	7,9	5,8	4,7	-34,0	-3,2
Externas	2 218,3	2 119,5	3 774,4	4,1	3,9	6,2	70,2	2,1
Fontes de Recursos do Estado	7 109,4	7 079,5	7 202,0	13,0	13,1	11,8	1,3	-1,2
Venda de Activos	224,1	88,3	19,6	0,4	0,2	0,0	-91,2	-0,4
Financiamento no Ano	6 883,8	5 031,1	6 622,6	12,6	9,3	10,9	-3,8	-1,8
Interno	3 050,3	2 555,4	3 097,0	5,6	4,7	5,1	1,5	-0,5
Externo	3 833,5	2 475,7	3 525,6	7,0	4,6	5,8	-8,0	-1,2
<i>Superavit</i> Fiscal	1,5	1 472,2	559,8	0,0	2,7	0,9	37 743,9	0,9
Utilização de Recursos do FSDEA	0,0	305,5	0,0	0,0	0,6	0,0	0,0	0,0
Utilização de Depósitos	0,0	182,3	0,0	0,0	0,3	0,0	0,0	0,0

Fonte: Ministério das Finanças

123. Para cobertura dessas necessidades, o OGE 2023 prevê a captação de recursos financeiros nos mercados interno, externo e junto de instituições financeiras parceiras, multilaterais e bilaterais, bem como a venda de activos no âmbito do PROPRIV.
124. Em maior detalhe, o plano de financiamento deste orçamento reflecte o aumento das receitas fiscais em cerca de 15,7% e a diminuição das receitas de endividamento em 3,8%, face ao OGE 2022.
125. Quanto à receita patrimonial, estima-se uma redução na ordem de 91,2%, face ao previsto no OGE 2022, passando de Kz 224,1 mil milhões para Kz 19,6 mil milhões.

4.3 CARACTERIZAÇÃO FUNCIONAL, TERRITORIAL E DO IMPACTO DO GÉNERO NA DESPESA

4.3.1 LEITURA FUNCIONAL DO OGE 2023

126. A leitura funcional da despesa desagrega a despesa fiscal do orçamento (cerca de 54,9% do OGE, 4,6 pontos percentuais acima do OGE 2022) pelos principais sectores de intervenção do Executivo nomeadamente: Social; Económico; Defesa, Segurança e Ordem Pública; e Serviços Públicos Gerais – excluindo a despesa financeira, isto é, a despesa referente à amortização da dívida pública (Kz 9 064 mil milhões, cerca de 45,1% do OGE).
127. A desagregação funcional da despesa está sintetizada na tabela que se segue. Passamos a comentar cada um dos sectores.
128. **Sector Social.** Absorverá 43,5% da despesa fiscal primária, que corresponde a 23,9% da despesa total e a um aumento de 33,4 % face ao OGE 2022. Neste sector, destacam-se a Educação, Saúde, Habitação e Serviços Comunitários e a Protecção Social, com pesos de 14,1%, 12,1%, 10,1% e 6,2% na despesa fiscal primária, respectivamente.
129. **Sector Económico.** Absorverá 18,2% da despesa fiscal primária e 10,0% da despesa total, o que corresponde a um crescimento de 45,7% (Kz 631,02 milhões) comparativamente à dotação orçamental atribuída no OGE anterior. O Sector da agricultura ganha particular foco na agenda da diversificação, contando para além dos recursos directos no montante de Kz 412,3 mil milhões com diversas intervenções no

domínio das infraestruturas de suporte a serem realizadas pelos distintos sectores, no âmbito do PLANAGRÃO, bem como cerca de Kz 1.674,6 mil milhões para financiamentos de projectos privados, a serem operacionalizados pelo Banco de Desenvolvimento de Angola nos próximos cinco anos.

130. Este comportamento deve-se em grande medida à decisão de melhor dinamização da economia nacional pelo Executivo, suportada por um conjunto de decisões e acções estratégicas, processo de privatização e o fomento da iniciativa privada.

Tabela 14 - Distribuição Funcional da Despesa (Kz Mil Milhões, Excepto Onde Indicado)

Orçamento Geral do Estado	OGE 2022	OGE 2023	Varição OGE 2023 vs.2022	% Despesa Fiscal	% Despesa Total	% PIB
Sector Social	3 597,3	4 798,6	33,4%	43,5%	23,9%	7,9%
Educação	1 241,8	1 553,2	25,1%	14,1%	7,7%	2,5%
Saúde	923,5	1 339,9	45,1%	12,1%	6,7%	2,2%
Protecção Social	655,0	688,5	5,1%	6,2%	3,4%	1,1%
Habitação e Serviços Comunitários	706,2	1 112,7	57,6%	10,1%	5,5%	1,8%
Recreação, Cultura e Religião	56,9	79,5	39,6%	0,7%	0,4%	0,1%
Protecção Ambiental	13,9	24,8	78,3%	0,2%	0,1%	0,0%
Sector Económico	1 380,4	2 011,4	45,7%	18,2%	10,0%	3,3%
Agricultura, Silvicultura, Pesca e Caça	324,4	412,3	27,1%	3,7%	2,1%	0,7%
Transportes	508,7	585,2	15,0%	5,3%	2,9%	1,0%
Combustíveis e Energia	416,1	785,7	88,8%	7,1%	3,9%	1,3%
Indústria Extractiva, Transformadora e Construção	67,8	122,6	80,9%	1,1%	0,6%	0,2%
Assuntos Económicos Gerais, Comerciais e Laborais	36,9	75,0	103,2%	0,7%	0,4%	0,1%
Comunicações E Tecnologias Da Informação	25,5	29,2	14,6%	0,3%	0,1%	0,0%
Outras Actividades Económicas	1,0	1,4	48,1%	0,0%	0,0%	0,0%
Defesa, Segurança e Ordem Pública	1 578,1	1 720,2	9,0%	15,6%	8,6%	2,8%
Defesa	790,0	854,8	8,2%	7,7%	4,3%	1,4%
Segurança e Ordem Pública	788,2	865,4	9,8%	7,8%	4,3%	1,4%
Serviços Públicos Gerais	2 882,9	2 509,9	-12,9%	22,7%	12,5%	4,1%
Órgãos Legislativos	40,1	54,1	35,1%	0,5%	0,3%	0,1%
Órgãos Judiciais	113,8	133,2	17,1%	1,2%	0,7%	0,2%
Órgãos Executivos	1 110,0	931,8	-16,1%	8,4%	4,6%	1,5%
Assuntos Financeiros e Fiscais	613,2	302,5	-50,7%	2,7%	1,5%	0,5%
Relações Exteriores	115,8	122,2	5,6%	1,1%	0,6%	0,2%
Ajuda Económica Externa	1,0	1,0	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Serviços Gerais	864,4	938,9	8,6%	8,5%	4,7%	1,5%
Outros Serviços Gerais Da Administ.Pública	24,7	26,1	5,7%	0,2%	0,1%	0,0%
Despesa Fiscal (Excepto Juros)	9 438,7	11 040,1	17,0%		54,9%	18,1%
Despesa Financeira Relativa a Dívida	9 306,6	9 064,1	-2,6%		45,1%	14,9%
Operações da Dívida Pública Interna	5 335,0	3 994,2	-25,1%		19,9%	6,5%
Operações da Dívida Pública Externa	3 971,6	5 070,0	27,7%		25,2%	8,3%
Total Orçamento Geral do Estado	18 745,3	20 104,21	7,2%		100,0%	33,0%

Fonte: Ministério das Finanças. *Inclui o impacto económica de capitalizações.

131. **Sector da Defesa, Segurança e Ordem Pública.** Regista um peso de 15,6% da despesa fiscal primária e um aumento de 9,0% face ao OGE 2022. Assim, o sector deverá representar 8,6% da despesa total.

132. **Serviços Públicos Gerais.** Representam 22,7% da despesa fiscal primária e 12,5% da despesa total, representando uma diminuição de 12,9% relativamente ao OGE 2022. Este comportamento é suportado pelo decréscimo em 50,7% dos Assuntos Financeiros e Fiscais e 16,1% dos Órgãos Executivos, em relação ao OGE 2022.

4.3.2 IMPACTO NO GÉNERO NO ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO 2023

133. Na elaboração do Orçamento Geral do Estado, os Órgãos do Sistema Orçamental devem garantir nas suas propostas orçamentais a transversalidade do género. Deste modo, para que isso aconteça, é importante estabelecer medidas adequadas que reforcem a igualdade e não a discriminação, reforçando cada vez mais os programas de impacto ao nível social. Baseado na metodologia de marcadores do género, conforme se apresenta na tabela seguinte, para o OGE 2023 perspectiva-se uma transversalidade do género numa variedade de programas, identificados com o nível G0 (programas que não integram acções com impacto ao género), G1 (com alguma intervenção para a promoção da igualdade do género), G2 (com algum componente para a promoção da igualdade de género) e G3 (com acções de forte impacto para a promoção de igualdade de género).

Tabela 15 - Impacto do Orçamento Sensível ao Género

Código do Género	Contagem de Programa	Orçamento
G1	36	2 469 408 852 647,00
G2	14	763 225 354 994,00
G3	7	407 996 407 772,00
Total Geral	57	3 640 630 615 413,00

Fonte: Ministério das Finanças

134. A tabela acima mostra que os programas com acções orientadas ao género apresentam na totalidade um impacto de Kz 3 640 630 615 413,00, dos quais 11% deste correspondem as medidas de maior impacto ao género, com diferentes implicações sobre a população.

135. Na tabela que se segue são identificados os programas de nível G3, de maior impacto ao Género.

136. Portanto, nesta proposta orçamental, um total de sete (7) programas, com realce para os programas de Desenvolvimento Local e Combate à Pobreza e Melhoria da Qualidade e Desenvolvimento do Ensino Primário, constituem os programas de maior impacto a igualdade do género, orientado sobretudo aos sectores sociais.

Tabela 16 - Programas com forte impacto ao Género

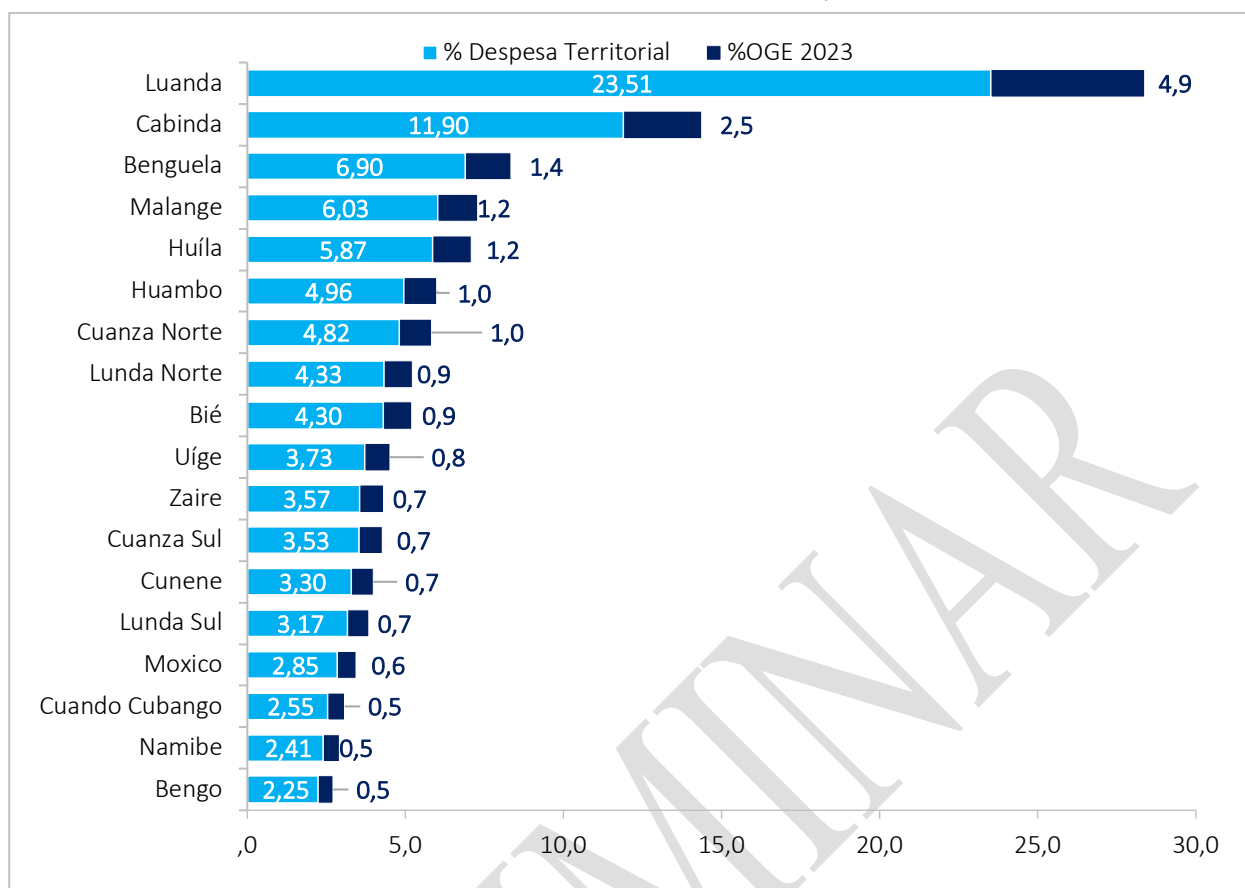
Código	Orçamento
G3	407 996 407 772,00
Combate Às Grandes Endemias Pela Abordagem Das Determinantes Da Saúde	38 284 593 423,00
Desenvolvimento Local E Combate À Pobreza	156 702 458 013,00
Intensificação Da Alfabetização E Da Educação De Jovens E Adultos	5 110 389 776,00
Melhoria Da Organização E Das Condições De Trabalho	1 298 249 792,00
Melhoria Da Qualidade E Desenvolvimento Do Ensino Primário	136 260 371 086,00
Melhoria Da Saúde Materno-Infantil E Nutrição	65 262 948 324,00
Protecção E Promoção De Direitos Da Criança	5 077 397 358,00
Total Geral	407 996 407 772,00

Fonte: Ministério das Finanças

4.3.3 LEITURA TERRITORIAL DO OGE 2023

137. Em termos de distribuição territorial da despesa por província, a mesma representa cerca de 20,73% do OGE (4 167,41 mil milhões). Este valor representa um incremento de 29,4% face ao valor alocado em 2022.

Gráfico 16- Distribuição Percentual da Despesa Territorial



Fonte: Ministério das Finanças.

138. Esta distribuição territorial exclui as despesas com a estrutura central (cerca de 6 764,1 mil milhões; 33,7% do OGE), operações de dívida pública (cerca de 9 064,1 mil milhões; 45,1% do OGE) e despesa com o exterior para atendimento das missões diplomáticas (cerca de 108,6 mil milhões; 0,5% do OGE).
139. No tocante à alocação da despesa por cada província, 23,5% do total da despesa territorial deverá ser alocada para a província de Luanda, seguindo-se Cabinda, Benguela, Malange e Huíla com 11,9%, 6,9%, 6,0% e 5,9% da despesa territorial, respectivamente.
140. Na definição da despesa pública por Órgãos Locais, um conjunto de critérios foi tomado em consideração, nomeadamente: uma projecção inicial baseada na taxa de inflação, foi considerado um incremento adicional médio de 5,6%, baseado em 3 critérios, a saber o Índice de Pobreza Multidimensional, a População da Província e a capacidade de arrecadação de receitas próprias, conforme se resume no quadro

abaixo, cujas áreas de afectação foram Assuntos Económicos, Educação, Saúde, Habitação e Serviços Comunitários e Serviços Públicos Gerais.

Tabela 17 - Matriz de Determinação dos Limites a nível Local

Província	IPM	IP	IRP	MÉDIA	Critério
Ponderador	20%	60%	20%		100%
Huíla	0.57	0.1	0.1	0.19	7.40%
Lunda-Norte	0.57	0.03	0.01	0.14	5.30%
Lunda-Sul	0.56	0.02	0.03	0.13	5.10%
Benguela	0.4	0.08	0.41	0.21	8.20%
Cabinda	0.29	0.03	0.09	0.09	3.60%
Luanda ¹ [1]	0.16	0.27	0.64	0.32	12.50%
Malanje	0.55	0.04	0.02	0.14	5.30%
Bengo	0.38	0.01	0.02	0.09	3.40%
Bié	0.49	0.06	0.03	0.14	5.30%
Cuando-Cubango	0.57	0.02	0.01	0.13	5.00%
Cuanza-Norte	0.38	0.02	0.03	0.09	3.50%
Cuanza-Sul	0.46	0.07	0.04	0.14	5.50%
Cunene	0.62	0.04	0.03	0.15	5.90%
Huambo	0.41	0.08	0.06	0.14	5.50%
Moxico	0.57	0.03	0.02	0.14	5.30%
Namibe	0.48	0.02	0.03	0.11	4.40%
Uíge	0.49	0.06	0.02	0.14	5.30%
Zaire	0.34	0.02	0.04	0.09	3.50%
Média					5.60%

Onde:

IPM - índice de pobreza multidimensional (Soma dos Municípios)

IP - índice populacional, ou seja, população existente para prestação de serviços/bens públicos

IRP - índice de recursos próprios ao nível local (Proxy do nível de actividade económica de cada Província)

Fonte: Direcção Nacional do Orçamento do Estado, Ministério das Finanças.

4.4 RISCOS DO OGE 2023

141. As previsões macroeconómicas anteriormente apresentadas não estão isentas de riscos. Elencam-se abaixo alguns dos riscos que poderão afectar negativamente a execução orçamental:

- **Produção Petrolífera abaixo do previsto.** Nível de produção petrolífera abaixo do esperado que ocorreria quer por questões de manutenção dos equipamentos, quer por desincentivo à exploração ou investimento no sector por conta da queda

¹ Considerando as características particulares de Luanda, foram feitas algumas ponderações por forma a permitir uma distribuição mais equitativa

da demanda por petróleo ou ainda do aumento da produção mundial, afectaria negativamente a perspectiva de crescimento da produção petrolífera e/ou do PIB global, caso o sector não petrolífero não cresça o suficiente para contrapor essa produção abaixo do previsto do sector petrolífero.

- **Preço do barril do petróleo abaixo dos 75 dólares previstos no OGE 2023.** Agravaria as necessidades de financiamento do OGE 2023. Para mitigação desse risco, o Executivo pondera a possibilidade de utilizar produtos financeiros derivados para cobertura dos riscos para a sustentabilidade da dívida pública, resultantes da oscilação do preço das matérias-primas, incluindo petróleo, bem como da taxa de câmbio e taxas de juro no mercado internacional.
- **Crescimento abaixo do previsto do sector não petrolífero.** O crescimento abaixo do previsto do sector não petrolífero, que poderia resultar quer, por exemplo em caso de aperto de condições de financiamento, tanto a nível interno ou externo, o que poderia comprometer as perspectivas de crescimento prevista para o sector em referência e/ou a perspectiva de crescimento da economia global, caso o sector petrolífero não venha registar uma taxa de crescimento suficiente para contrapor a contracção ou abrandamento do sector não petrolífero. O reforço de medidas sectoriais como o PLANAGRÃO, PLANAPESCAS e PLANAPECUÁRIA, e o PRODESI em geral, concorrem para a dinamização do sector não petrolífero, de modo que o seu crescimento seja sustentado, tornando a economia nacional resiliente a choques.
- **Aceleração dos preços.** O OGE 2023 apresenta como meta de inflação de fim de período de 11,1%. Contudo, os eventos internacionais, como o conflito no leste da Europa, poderão inverter tendência de desaceleração de preços que a economia nacional tem observado desde o princípio do ano de 2022. O Executivo continuará a priorizar medidas de mitigação do aumento dos preços de amplo consumo, contribuindo assim para contenção do aumento da taxa de inflação.



GOVERNO DE
ANGOLA

Ministério das Finanças

ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO 2023